

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	13
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	14
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	16
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	17
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	18
1.10 Informações de sociedade de economia mista	20
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	21
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	22
1.13 Acordos de acionistas	23
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	44
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	45
1.16 Outras informações relevantes	46
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	47
2.2 Resultados operacional e financeiro	50
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	51
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	55
2.5 Medições não contábeis	56
2.6 Eventos subsequentes as DFs	57
2.7 Destinação de resultados	58
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	60
2.10 Planos de negócios	61
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	63
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	64
3.2 Acompanhamento das projeções	65

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	66
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	68
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	69
4.4 Processos não sigilosos relevantes	71
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	104
4.6 Processos sigilosos relevantes	105
4.7 Outras contingências relevantes	106
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	107
5.2 Descrição dos controles internos	108
5.3 Programa de integridade	110
5.4 Alterações significativas	112
5.5 Outras informações relevantes	113
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	114
6.3 Distribuição de capital	119
6.4 Participação em sociedades	120
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	121
6.6 Outras informações relevantes	122
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	123
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	127
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	128
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	129
7.4 Composição dos comitês	139
7.5 Relações familiares	142
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	143
7.7 Acordos/seguros de administradores	144
7.8 Outras informações relevantes	145
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	146

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	150
8.3 Remuneração variável	154
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	155
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	156
8.6 Outorga de opções de compra de ações	157
8.7 Opções em aberto	158
8.8 Opções exercidas e ações entregues	159
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	160
8.10 Outorga de ações	161
8.11 Ações entregues	162
8.12 Precificação das ações/opções	163
8.13 Participações detidas por órgão	164
8.14 Planos de previdência	165
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	166
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	167
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	168
8.18 Remuneração - Outras funções	169
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	170
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	171
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	172
8.20 Outras informações relevantes	173
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	174
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	176
9.4 Outras informações relevantes	177
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	178
10.1 Descrição dos recursos humanos	180
10.2 Alterações relevantes	186
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	187
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	189
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	190

Índice

10.5 Outras informações relevantes	191
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	192
11.2 Transações com partes relacionadas	193
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	194
11.3 Outras informações relevantes	195
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	196
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	197
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	198
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	199
12.5 Mercados de negociação no Brasil	200
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	201
12.7 Títulos emitidos no exterior	202
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	203
12.9 Outras informações relevantes	204
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	205
13.1 Declaração do diretor presidente	206
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	219
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	232

1.1 Histórico do emissor



1.1.Histórico do emissor

1. Atividades do Emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor:

- **Data de Constituição do Emissor:** 02 de janeiro de 1924.
- **País de Constituição:** Brasil.
- **Prazo de Duração:** Indeterminado.
- **Forma de Constituição do Emissor:** A sociedade é sucessora da empresa J. L. Aliperti Irmãos & Cia Ltda, cujos atos constitutivos foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 22.035 em 26 de setembro de 1944.
- **Data de Registro CVM:** 06 de junho de 1986.

Declara que não houve nenhum fato societário relevante que não tenha sido informado ao mercado e à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) relacionado à companhia nos últimos cinco anos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas:

As atividades operacionais da companhia consistem em exploração florestal, importação e exportação de produtos em geral, participação em outras companhias ou sociedades como acionista, sócia ou quotista, administração de bens próprios, exploração de atividades agropecuárias em geral, arrendamento de terras ou participação em parcerias para atividades rurais. As atividades operacionais encontram-se paralisadas, sendo o foco atual da Companhia a participação em outras companhias ou sociedades (“Controladas”), além da locação de espaços de suas instalações. A Companhia está avaliando outros segmentos de negócios para investimento.

Em relação às suas controladas, destaca-se abaixo cada produto e serviço comercializados:

a. **Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. | CNPJ: 23.372.927/0001-58** **(“Agroeldorado”)**

A Agroeldorado possui atividades agrícolas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, conforme segue:

- **São Paulo:** Município de Sarapuú, desenvolve uma pequena atividade de extração de resina de pinus.
- **Minas Gerais:** Tem o cultivo de cana-de-açúcar na modalidade de parceria como principal atividade.
- **Mato Grosso do Sul:** realiza o arrendamento de uma área rural para a Cia Suzano S/A., onde é realizado o plantio de eucalipto.

b. **RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. | CNPJ: 51.947.265/0001-32** **(“RMCA”)**

A RMCA tem como atividades principais a administração, incorporação e comercialização de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



imóveis, por conta própria ou de terceiros.

**c. Eldorado Box Locação de Espaço Ltda. | CNPJ: 19.427.607/0001-80
("Box Extra")**

A Box Extra se dedica à locação de boxes no modelo *storage* e escritórios no modelo *coworking*.

**d. S/A Agro Industrial Eldorado | CNPJ: 61.288.874/0001- 80
("S/A Agro")**

A S/A Agro encontra-se inativa.

**e. Guardamax Armazéns Gerais Ltda. | CNPJ: 23.313.796/0001-38
("Guarda Max")**

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas.

**f. Eldorado Comércio e Ferro e Aço Ltda. | CNPJ: 52.139.177/0001-77
("Ferro e Aço")**

As atividades operacionais encontram-se paralisadas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as informações abaixo:

A. Produtos e Serviços Comercializados

As atividades industriais da Companhia encontram-se paralisadas. Atualmente suas receitas advêm da locação de suas instalações, compostas por galpões e pátios.

Em relação às suas controladas, destaca-se abaixo cada produto e serviço comercializados por cada uma delas:

a.1. Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. | CNPJ: 23.372.927/0001-58 ("Agroeldorado")

A Agroeldorado possui atividades agrícolas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, conforme segue:

- **São Paulo:** Município de Sarapuí, desenvolve uma pequena atividade de extração de resina de pinus.
- **Minas Gerais:** Tem o cultivo de cana-de-açúcar na modalidade de parceria como principal atividade.
- **Mato Grosso do Sul:** realiza o arrendamento de uma área rural para a Cia Suzano S/A., onde é realizado o plantio de eucalipto.

a.2. RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. | CNPJ: 51.947.265/0001-32 ("RMCA")

A RMCA tem como atividades principais a administração, incorporação e comercialização de imóveis, por conta própria ou de terceiros.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



a.3. Eldorado Box Locação de Espaço Ltda. | CNPJ: 19.427.607/0001-80
(“Box Extra”)

A Box Extra se dedica à locação de boxes no modelo *storage* e escritórios no modelo *coworking*.

a.4. S/A Agro Industrial Eldorado | CNPJ: 61.288.874/0001- 80
(“S/A Agro”)

A S/A Agro encontra-se inativa, não havendo, portanto, comercialização de produtos ou serviços.

a.5. Guardamax Armazéns Gerais Ltda. | CNPJ: 23.313.796/0001-38
(“Guarda Max”)

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas, não havendo, portanto, comercialização de produtos ou serviços.

a.6. Eldorado Comércio e Ferro e Aço Ltda. | CNPJ: 52.139.177/0001-77
(“Ferro e Aço”)

As atividades operacionais encontram-se paralisadas, não havendo, portanto, comercialização de produtos ou serviços.

B. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Vide Quadro informativo do item “C” abaixo.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



C. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

ALIPERTI S/A		%	AGROELDORADO		%	S A AGRO		%
RECEITAS DE VENDAS 2024	1.402.609,45	100,00%	RECEITAS DE VENDAS 2024	51.612.364,53	100,00%	RECEITAS DE VENDAS 2024	-	0,00%
VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	2.875,00	0,01%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%
VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	35.427.380,94	68,64%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%
VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	94.293,00	0,18%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%
RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	8.017.467,18	15,53%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%
RECEITA DE LOCAÇÃO	1.402.609,45	100,00%	RECEITA DE LOCAÇÃO	8.070.348,41	15,64%	RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%
LUCRO 2024	51.193.469,67		LUCRO 2024	38.339.853,65		PREJUÍZO 2024	-118.036,49	

RMCA		%	GUARDA MAX		%	BOX LOCAÇÃO		%
RECEITAS DE VENDAS 2024	-	0,00%	RECEITAS DE VENDAS 2024	25.869,67	100,00%	RECEITAS DE VENDAS 2024	4.771.944,24	100,00%
VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%
VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%
VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%
RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%
RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%	RECEITA DE LOCAÇÃO	25.869,67	100,00%	RECEITA DE LOCAÇÃO	4.771.944,24	100,00%
LUCRO 2024	570.063,81		LUCRO 2024	-9.408,61		LUCRO 2024	2.729.299,23	

ELDORADO FERRO		%
RECEITAS DE VENDAS 2024	-	0,00%
VENDAS MADEIRA	-	0,00%
VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%
VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%
RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%
RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%
LUCRO 2024	23.798.668,08	

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



1.4. Produção/Comercialização/Mercados

1.4.1. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

A. Produtos e Serviços Comercializados

As atividades industriais da Companhia encontram-se paralisadas. Atualmente suas receitas advêm da locação de suas instalações, compostas por galpões e pátios, analisando e avaliando outros segmentos de negócios para investimento.

a. características do processo de distribuição

a.1. Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.

A produção de cana-de-açúcar é efetuada em parceria com a Usina Uberaba - região do Triângulo Mineiro - em Minas Gerais. A colheita e processamento são realizados pela própria Usina Uberaba nas suas instalações industriais.

Nas áreas rurais do Mato Grosso do Sul - arrendada para a Suzano S/A - é realizado plantio de eucalipto que será utilizado na produção de celulose e é a própria Suzano quem realiza o corte e transporte da madeira para sua unidade industrial de processamento.

a.2. RMCA Incorporação e Planejamento Ltda.

Em relação às atividades da RMCA Incorporação e Planejamento Ltda., o processo de distribuição é realizado através de corretores, independentes ou não.

a.3. Eldorado Box Locação de Espaços Ltda.

A Eldorado Box Locação de Espaços Ltda. efetua a prestação de serviços de locação de espaços temporários para armazenagem (*selfstorage*) e *coworking* (escritórios virtuais), de forma independente e autônoma com sua própria equipe de vendedores e gerentes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



b. características dos mercados de atuação, em especial:

b.1. participação em cada um dos mercados

b.2. condições de competição nos mercados

Mercado de cana-de-açúcar

A Companhia não atua diretamente no mercado de cana-de-açúcar. Sua atuação dá-se através de uma empresa controlada a Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.

A cultura da cana tornou-se importante no agro brasileiro devido à produção e A cultura da cana tornou-se importante no agro brasileiro devido aos recordes na produção e exportação de açúcar, bem como a sua contribuição para a combustão de carros via etanol e a geração de energia pelo bagaço. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar, com participação superior a 30% nos últimos anos e receita cambial da ordem de 8,7 bilhões de dólares em 2020, mas já chegou a 12 bilhões de dólares em 2017 (Souza, 2018). O etanol contribui para a substituição da gasolina em carros, possibilitando a redução na pegada de carbono e consequentemente menor emissão de gases de efeito estufa, conforme Acordo do Clima de Paris (COP 21).

O território paulista tem uma área plantada de **5,6 milhões de hectares**, nos quais foram produzidos **442,3 milhões de toneladas** de cana-de-açúcar, que geraram um montante de **R\$27,6 bilhões** de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE 2016.

O desenvolvimento do setor aconteceu graças, entre outras coisas, a projetos do governo brasileiro como o Proálcool, à organização dos produtores do setor em entidades e à necessidade de fontes de combustíveis alternativas ao petróleo.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, sendo que São Paulo responde por **55% da área plantada no país**. Grande parte das usinas paulistas de processamento de cana podem escolher produzir açúcar ou etanol.

Essa é uma vantagem competitiva do setor sucroalcooleiro estadual em relação à indústria norte americana, baseada no milho. Nos EUA, as usinas de processamento de milho precisam

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



primeiro produzir açúcar para a partir dele produzir etanol.

As plantações paulistas têm alta produtividade por hectare. Isso deve-se, além da qualidade do solo e das condições climáticas favoráveis, às pesquisas realizadas por institutos de pesquisa públicos e privados. A variedade SP81-3250 desenvolvida no Centro de Tecnologia Canavieira, na cidade de Piracicaba, é a cana-de-açúcar mais plantada no país atualmente.

As 172 usinas instaladas no estado correspondem a **42% do total brasileiro** e foram responsáveis por **56% da cana moída nacionalmente** na Safra 2016/2017 de acordo com dados da UNICA, União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

Elas produzem grande parte do etanol utilizado nos automóveis flex que circulam no Brasil. Uma revolução no mercado automobilístico nacional, os carros bicombustíveis foram lançados em 2003, com motores capazes de funcionar com etanol hidratado, gasolina, ou mistura dos dois em qualquer proporção. Além de beneficiar o planeta reduzindo a emissão de gás carbônico, os motoristas têm a opção de escolher o combustível mais econômico na hora de abastecer.

O Estado de São Paulo é o maior produtor mundial de etanol de cana-de-açúcar contribuindo para que o Brasil seja o segundo maior produtor de etanol do mundo, atrás do EUA. Na safra 2017/2018 foram produzidos **13 bilhões de litros** nas usinas instaladas no estado, o que correspondeu a **47,14% do que foi produzido nacionalmente**.

Mercado de madeira de eucalipto

A Companhia não atua diretamente neste mercado, mas sim, possui uma área rural no Estado do Mato Grosso do Sul arrendada para a Suzano S/A que a utiliza para o plantio de eucalipto para a produção de celulose.

Não há uma data exata da introdução do eucalipto no Brasil. Existem relatos de que os primeiros exemplares foram plantados nas áreas pertencentes ao Jardim Botânico e Museu Nacional do Rio de Janeiro, nos anos de 1825 e 1868; no Município de Amparo, SP, entre 1861 e 1863; e no Rio Grande do Sul, em 1868. Ferreira (1989) afirma, entretanto, que os primeiros plantios ocorreram de fato em 1868, no Rio Grande do Sul, por iniciativa de Joaquim Francisco de Assis Brasil, um dos primeiros brasileiros a demonstrar interesse pelo gênero.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



São mais de 700 espécies reconhecidas botanicamente. Estas espécies têm propriedades físicas e químicas tão diversas que fazem com que os eucaliptos sejam usados para as mais diversas finalidades como, lenha, estacas, moirões, dormentes, carvão vegetal, celulose e papel, chapas de fibras e de partículas, até movelaria, geração de energia, medicamentos, entre outros.

Entre as espécies florestais plantadas com fins produtivos, o cultivo do eucalipto é um dos que tem maior disponibilidade de indicações e orientações técnicas.

O Eucalipto tem grande importância comercial na economia brasileira. Segundo a Indústria Brasileira de Árvores, são 5,5 milhões de hectares plantados com este gênero, com uma produtividade média de 39 m³/ha/ano. A produtividade, contudo, depende de diversos fatores, como o local de plantio, os tratos culturais e os insumos disponibilizados.

De forma geral, espécies de eucalipto têm sido preferencialmente utilizadas devido ao seu rápido crescimento, capacidade de adaptação às diversas regiões ecológicas e pelo potencial econômico, tendo em vista a utilização diversificada de sua madeira.

A alta produtividade de madeira, com menores custos e maiores taxas de retorno do investimento, conferem grande atratividade ao cultivo do eucalipto, garantindo alta competitividade de seus produtos nos mercados interno e externo.

Mercado Imobiliário e de Incorporação

A Companhia não atua diretamente neste mercado, mas sim, por meio da RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. Por tratar-se de uma incorporadora, todo o processo produtivo é terceirizado. Baixa acentuada poderá se verificar nos mercados que ainda apresentam problemas de estoques elevados para um poder de compra reduzido.

Mercado de *selfstorage* e *coworking*

O self storage, ou autoarmazenamento, é um serviço que oferece espaços individuais para que pessoas físicas e jurídicas armazenem pertences, mercadorias ou documentos de forma segura e acessível. No Brasil, esse setor tem ganhado destaque nos últimos anos, apresentando

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



um crescimento significativo e atraindo a atenção de investidores e empresários.

De acordo com a Associação Brasileira de Self Storage (**ASBRASS**), o setor tem mostrado um crescimento contínuo e consistente desde 2020. Pesquisas realizadas pela **Brain Inteligência Estratégica** indicam que, no segundo trimestre de 2023, houve um aumento de 22% na oferta de boxes em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, o número de empresas atuando no setor cresceu 16% nesse intervalo.

Diversos fatores têm contribuído para a expansão do self storage no Brasil:

- **Urbanização e Verticalização:** O aumento da densidade populacional nos grandes centros urbanos e a tendência de moradias menores geram demanda por espaços adicionais de armazenamento.
- **Crescimento do E-commerce:** Com o aumento das vendas online, empresas buscam soluções logísticas eficientes para armazenar e distribuir produtos, encontrando no self storage uma opção viável.
- **Mudanças nos Hábitos de Consumo:** A busca por praticidade e flexibilidade tem levado consumidores a utilizarem serviços de auto armazenamento para diversas finalidades, desde guardar itens pessoais até estocar mercadorias.

Conforme dados da ASBRASS, no terceiro trimestre de 2022, o setor contava com 250 empresas em funcionamento, 522 operações e mais de 179 mil boxes. A vacância média nacional era de 16,8%, representando uma redução de 19% em relação ao mesmo período de 2021.

A crescente urbanização e a redução das metragens dos imóveis residenciais têm levado famílias e indivíduos a buscarem soluções para a falta de espaço. O self storage surge como uma alternativa prática para armazenar pertences que não cabem nos novos formatos de moradia. Além disso, o aumento do trabalho remoto e a necessidade de espaços dedicados em casa impulsionam a demanda por armazenamento externo.

As projeções para o mercado de self storage no Brasil são otimistas. Estudos indicam que o setor deve continuar crescendo a taxas significativas nos próximos anos, impulsionado por fatores como urbanização, aumento do comércio eletrônico e mudanças nos hábitos de consumo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Empresas que investirem em inovação, qualidade de serviço e expansão estratégica estarão bem-posicionadas para aproveitar as oportunidades emergentes e consolidar sua presença no mercado.

c. eventual sazonalidade

Dadas as características das receitas da Companhia que provém basicamente da locação de suas áreas industriais e das atividades das empresas controladas o efeito da sazonalidade não tem impacto relevante sobre as contas de resultado.

d. principais insumos e matérias primas, informando:

d.1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atuais atividades da Companhia e das empresas controladas não demandam aquisição de matérias primas.

d.2. eventual dependência de poucos fornecedores

Considerando o item d.1., observa-se que não há dependências de fornecedores.

d.3. eventual volatilidade em seus preços

Com exceção do preço da cana-de-açúcar que acompanha a variação do Conseacana, os demais serviços são atrelados a contratos com variação de índices financeiros.

1.5 Principais clientes



1.5. Principais clientes

1.5.1. Principais Clientes (identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando):

a. montante total de receitas provenientes do cliente

As atividades operacionais da Companhia encontram-se paralisadas. Em relação às suas controladas, destacam-se as informações abaixo:

As controladas *S/A Agro*, *RMCA* e *Guardamax* encontram-se com as atividades inoperantes.

Em relação à *Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.*, os clientes são Usina Uberaba S/A. e Suzano S/A., sendo que os montantes totais de receitas são de aproximadamente R\$ 35,2 MM e R\$ 8,3 MM, respectivamente.

Em relação à *Box Extra* não há clientes que representam individualmente mais de 10% da receita.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O principal segmento afetado pelas receitas provenientes dos clientes do ítem a) referem-se ao segmento agropecuário.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6.1. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades operacionais da Companhia encontram-se paralisadas. Em relação às suas controladas, destaca-se as informações abaixo:

Em relação à *S/A Agro Industrial Eldorado* (atividades paralisadas) e à *Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.*, suas atividades são afetadas pela regulamentação estatal, principalmente quanto às questões relacionadas ao meio-ambiente, em especial quanto à legislação agrária, uma vez que a utilização adequada das terras é tema de constantes debates que visam equilibrar a necessidade da preservação do meio-ambiente com a produção de alimentos. Na parte agrícola e fundiária as atividades são passíveis de fiscalizações pelo INCRA, IBAMA e órgãos estaduais do meio-ambiente. A empresa possui suas áreas regularizadas perante estes órgãos com as licenças ambientais e cadastros totalmente regularizados.

Em relação à *RMCA Incorporação e Planejamento Ltda.*, todas as autorizações governamentais ficam sob a responsabilidade da construtora associada ao empreendimento.

Já em relação à *Box Extra*, com exceção da legislação pertinente às atividades desenvolvidas, não há efeitos relevantes da regulação estatal e/ou federal.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A direção da Companhia tem profunda consciência ambiental e executa as atividades dentro da legislação pertinente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



A Companhia e suas controladas não dependem de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, nem mesmo de contratos de *royalties* para o desenvolvimento de suas atividades, com exceção das autorizações dos órgãos ambientais e/ou regulamentares acima expostos.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

d.1. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos: Não houve contribuições;

d.2. em favor de partidos políticos: Não houve contribuições;

d.3. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos: Não houve contribuições.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior



1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7.1. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

100% das receitas obtidas pela empresa e suas controladas são provenientes do país sede do emissor.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

A empresa ou suas controladas não possuem receitas originadas do exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira



1.8. Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8.1. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor:

Não há

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**1.9. Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)****1.9.1. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:**

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade
- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento
- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso
- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado
- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor
- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor
- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas
- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:
 - i. a não divulgação de informações ASG
 - ii. a não adoção de matriz de materialidade
 - iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
 - iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
 - v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
 - vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



A Companhia não divulga relatório específico com informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais ou de governança corporativa ou outro documento específico para esta finalidade uma vez que encontra-se com suas atividades industriais paralisadas.

De todo modo a Companhia sempre procurou seguir as determinações legais relacionadas com aspectos sociais, ambientais e governança corporativa.

Com relação às empresas do grupo, notadamente às atividades ligadas à agricultura a empresa busca obter todas as licenças e autorizações dos órgãos ambientais, estando enquadrada no quanto necessário.

Havendo o desenvolvimento de novas atividades que demandem práticas relacionadas aos aspectos tratados, estas serão devidamente divulgadas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista



1.10. Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de Sociedade de Economia Mista:

- a. **interesse público que justificou sua criação**
- b. **atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. **processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

A Companhia não é Sociedade de Economia Mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante



1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Não houve aquisição ou alienação relevante.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital



1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

Não houve alteração relevante.

1.13 Acordos de acionistas



1.13. Acordo de Acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

A Companhia possui acordos de acionistas que regulam o exercício do direito de voto e a transferência de ações, conforme descrito no documento abaixo.

1.13 Acordos de acionistas

ACORDO DE ACIONISTAS

DA

SIDERÚRGICA J L ALIPERTI S/A

celebrado entre

JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO

CAETANO ALIPERTI

e

ANA REGINA ALIPERTI

Datado de 13 de junho de 2025.

1.13 Acordos de acionistas

ACORDO DE ACIONISTAS DA SIDERÚRGICA J L ALIPERTI S/A

O presente Acordo de Acionistas ("Acordo de Acionistas" ou "Acordo"), é celebrado, em 13 de junho de 2025, por e entre as seguintes partes:

1. **JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.413.666-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 563.355.988-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Indiana, nº 437, apto. 161, bairro Brooklin, CEP 04562-000 ("José Luiz");

2. **CAETANO ALIPERTI**, brasileiro, divorciado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 4.933.256-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 634.798.008-82, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eduardo Ribeiro Costa, nº 90, Retiro Morumbi, CEP 05692-040 ("Caetano");

3. **ANA REGINA ALIPERTI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 6.579.958-6 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 086.062.118-93, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Portugal, nº 285, bairro Jardim Europa, CEP 01446-020 ("Ana Regina");

sendo José Luiz, Caetano e Ana Regina denominados, em conjunto, os "Acionistas" ou "Partes" e, individualmente, o "Acionista" ou "Parte", conforme o caso.

CONSIDERANDO QUE:

(a) Os Acionistas detêm, em conjunto, Ações de emissão da **SIDERÚRGICA J L ALIPERTI S/A**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.156.931/0001-78, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº 180, bairro Água Funda, CEP 04156-090 ("Companhia"), que correspondem, nesta data, a 19,77% (dezenove vírgula setenta e sete por cento) capital social total da Companhia, sendo: (i) 739 (setecentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas com direito a voto, representando, nesta data, 11,82% (onze vírgula por cento) do capital social votante da Companhia; e (ii) 2.938 (dois milhões, novecentas e trinta e oito) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sem direito a voto, representando, nesta data, 23,82% (vinte e três vírgula oitenta e dois por cento) do capital social sem direito a voto da Companhia;

(b) A Companhia, nesta data, possui as seguintes Afiliadas: (i) **Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.372.927/0001-58; (ii) **Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.139.177/0001-77; (iii) **RMCA Incorporação e Planejamento Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.947.265/0001-32; e (iv) **S/A Agro Industrial Eldorado**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.288.874/0001-80;

1.13 Acordos de acionistas

(c) Os Acionistas desejam celebrar este Acordo de Acionistas para regular o exercício do direito de voto de suas Ações no âmbito da Companhia, a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como as regras em caso de Transferência de Ações de emissão da Companhia.

Resolvem as Partes, com fundamento no Artigo 118, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos (a "Lei de Sociedades por Ações"), celebrar o presente Acordo de Acionistas, mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1.1. Definições. Neste Acordo, os termos definidos a seguir terão os seguintes significados (aplicáveis nas formas singular e plural):

- (a) "Afiliada" significa, em conjunto ou isoladamente, (i) no caso de uma pessoa física, seu cônjuge ou companheiro(a), os ascendentes ou descendentes diretos, seus irmãos, naturais ou civis, bem como qualquer pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, seja Controlada pela pessoa física em questão; e (ii) no caso de uma pessoa jurídica, qualquer Pessoa que, direta ou indiretamente, Controle, seja Controlada por, ou esteja sob Controle comum com tal Pessoa.
- (b) "Autoridade Governamental" significa qualquer (i) governo federal, nacional, estadual ou municipal; (ii) autoridade governamental, agência reguladora, autoridade legislativa, judicial ou administrativa; incluindo para (i) e (ii) acima, suas filiais, agências, departamentos, conselhos, colegiados ou comissões; ou (iii) outro órgão exercendo qualquer autoridade ou poder estatutário, administrativo, executivo, judicial, legislativo, político, regulatório ou fiscal, vinculado às autoridades descritas nos itens "i" e "ii";
- (c) "Código Civil" significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
- (d) "Código de Processo Civil" significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada;
- (e) "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- (f) "Controle", conforme usado em relação a qualquer Pessoa ou grupo de pessoas físicas ou pessoas jurídicas agindo sob acordo de votos ou controle comum, significa, cumulativamente, (i) a titularidade de direitos que garantam a ela permanentemente a maioria dos votos nas deliberações de assembleias gerais

1.13 Acordos de acionistas

e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade e (ii) o uso efetivo de seu poder de conduzir as atividades corporativas e guiar as operações dos órgãos administrativos da sociedade. Os termos relacionados "Controlada", "Controladora" ou "sob Controle comum" deverão ser interpretados da mesma forma;

- (g) "Dia Útil" significa qualquer dia, exceto sábado, domingo e feriados ou outros dias em que os bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, estejam autorizados ou sejam obrigados por lei a se manterem fechados;
- (h) "Estatuto Social" significa o estatuto social da Companhia;
- (i) "Lei Aplicável" significa, em relação a qualquer Pessoa, qualquer lei federal, estadual ou municipal, portaria, código, regra, regulamentação, decisão, mandado, sentença, decreto, norma ou outro requisito semelhante, bem como suas alterações, exceto quando seja expressamente especificado de outra forma, promulgado, adotado ou aplicado por Autoridade Governamental que seja vinculante ou aplicável a tal Pessoa;
- (j) "Ônus" significa, em relação a qualquer propriedade ou ativo, qualquer hipoteca, gravame, penhor, cessão fiduciária, alienação fiduciária, propriedade fiduciária, ônus, participação em garantia, mandado, restrição, cessão, opção, reivindicação, promessa de contrato, compromisso ou outro ônus ou participação de qualquer tipo, em relação a tal propriedade ou ativo ou que recaia sobre a receita ou lucros resultantes dos mesmos, incluindo (a) qualquer direito de participação nas receitas, lucros, royalties, aluguéis ou outra receita que de qualquer forma seja derivada ou possa ser atribuída a tal propriedade ou ativo, ou ainda quaisquer direitos resultantes deles; (b) qualquer aquisição, opção ou direito de aquisição de tal propriedade ou ativo, incluindo mediante venda condicional ou outro contrato ou acordo de retenção de propriedade e (c) qualquer acordo para criar ou conceder quaisquer das restrições, direitos e/ou participações acima expostos;
- (k) "Pessoa" significa uma pessoa física, companhias (incluindo sociedades anônimas brasileiras), sociedades limitadas, sociedades em conta de participação, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, qualquer outra forma de pessoa jurídica admitida no Brasil (incluindo todos os tipos de sociedades empresárias e sociedades simples), parceria, associação, fidúcia (*trust*), fundo de investimento, *joint venture* ou qualquer outra entidade ou organização, incluindo qualquer governo, ou qualquer órgão ou repartição dele, e todos os tipos de empresas regulamentadas pelos Artigos 40 a 69 do Código Civil, incluindo, para os fins desta definição, os representantes legais pessoais ou sucessores dessa Pessoa;

1.13 Acordos de acionistas

- (l) “Terceiros” significa qualquer Pessoa que não seja Parte deste Acordo e/ou suas Afiliadas; e
- (m) “Transferir” significa, conforme o caso, transferir ações da Companhia a quaisquer pessoas, direta ou indiretamente, por meio de sua venda, empréstimo, locação, alienação, cessão, permuta, aporte ao capital social de outra pessoa, cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão, usufruto, sucessão universal, condomínio ou qualquer outro tipo de negócio jurídico (incluindo, sem limitação, alienação indireta de qualquer participação, majoritária ou minoritária no capital de qualquer pessoa que detenha direta ou indiretamente o Controle da Companhia), seja via aporte primário ou aquisição secundária, incluindo, mas não se limitando a alienação e/ou emissão e subscrição de ações e/ou quotas, bem como a celebração de compromisso, contrato preliminar ou concessão de opção ou direito condicional que, se exercido, cause a realização de qualquer dos eventos descritos acima, em uma única operação ou em operações sucessivas, tendo “Transferência” o significado correspondente.

1.2. Interpretação. Para fins de interpretação deste Acordo:

- (a) As referências neste Acordo aos Artigos, Subcláusulas, Parágrafos, Cláusulas, Considerandos, Apensos, Adendos ou Anexos serão interpretadas como referências aos artigos, subcláusulas, parágrafos, cláusulas, considerandos, apensos, adendos ou anexos deste Acordo, exceto quando o contexto exigir de outra forma. Os considerandos deste Acordo serão considerados parte integrante do presente instrumento.
- (b) Os títulos são dados apenas por questão de conveniência e não afetam a interpretação deste Acordo.
- (c) O uso da palavra “incluindo” neste Acordo após qualquer declaração, termo ou matéria geral não será interpretado como limitação de tal declaração, termo ou matéria aos termos ou matérias específicos definidos imediatamente após tal palavra, termos ou matérias semelhantes, mas será considerado referência a todos os outros termos ou matérias que poderiam se classificar de forma razoável dentro do maior escopo possível de tal declaração, termo ou matéria geral.
- (d) Sempre que exigido pelo contexto, as definições de termos contidas neste Acordo serão aplicadas a todas as suas variações gramaticais, aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural, e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa;
- (e) As referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as alterações, substituições e consolidações dos mesmos, bem como seus

1.13 Acordos de acionistas

respectivos suplementos, exceto quando seja especificamente declarado de outra forma.

- (f) Os Acionistas participaram conjuntamente na negociação e redação deste Acordo, com a assessoria de advogados, e a linguagem utilizada neste Acordo será considerada como a linguagem escolhida pelos Acionistas para expressar seu acordo de vontades e intenções mútuas com relação ao seu objeto. Caso surja qualquer dúvida, questão ou ambiguidade quanto à intenção dos Acionistas ou interpretação deste Acordo, este Acordo será interpretado como se elaborado conjuntamente pelos Acionistas, e nenhuma presunção ou ônus de prova surgirá favorecendo ou desfavorecendo qualquer Acionista em virtude da autoria de qualquer disposição contida neste Acordo.
- (g) Todos os prazos e períodos estipulados ou decorrentes deste instrumento serão contados excluindo-se a data do evento que causou o início desse prazo ou período, e incluirão o último dia do referido prazo ou período, conforme disposto no artigo 132 do Código Civil.
- (h) Todos os prazos estabelecidos neste instrumento que terminam em outro dia que não um Dia Útil ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil seguinte.
- (i) Quaisquer Anexos mencionados neste Acordo são considerados parte integrante deste Acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA OBJETO

2.1. Objeto do Acordo. O presente Acordo de Acionistas tem por objeto regular o exercício do direito de voto das Ações de titularidade dos Acionistas no âmbito da Companhia, a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como regras sobre a Transferência de Ações de emissão da Companhia.

CLÁUSULA TERCEIRA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES VINCULADAS

3.1. Composição do Capital Social. O capital social total da Companhia, nesta data, é de R\$48.964.000,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais), dividido em 6.250 (seis mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e todas com direito a voto ("Ações Ordinárias"), e 12.345 (doze mil, trezentas e quarenta e cinco) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto ("Ações Preferenciais"), sendo os Acionistas titulares das Ações da seguinte forma:

1.13 Acordos de acionistas

Acionistas	ON	(%) ON	PN	(%) PN	ON + PN	(%) ON + PN
José Luiz	369	5,9040%	1.469	11,9201%	1.838	9,8843%
Caetano	370	5,92%	1.468	11,8914%	1.838	9,8843%
Ana Regina	--	--%	01	0,0081%	01	0,0054%
Total	739	11,824%	2.938	23,8196%	3.677	19.774 %

3.2. Ações Vinculadas. Este Acordo vincula todas as Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, e outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, detidos pelos Acionistas, de tal maneira que todas as ações detidas pelos Acionistas, nesta data ou que sejam detidas por eles no futuro (ou, eventualmente, por Terceiros, desde que sejam cumpridas as disposições deste Acordo), por qualquer motivo, e outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em e/ou permutáveis por Ações da Companhia (e as ações deles resultantes), doravante subscritos e/ou adquiridos pelos Acionistas, a qualquer título, inclusive, mas sem limitação, aquelas recebidas por força da partilha dos bens deixados por **Ciro Monico Alexandre Aliperti**, no âmbito do processo de inventário de nº 1047812-83.2021.8.26.002, que tramitou perante a 9ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Santo Amaro, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Processo de Inventário"), mediante subscrição, aquisição, desdobramento, grupamento, conversão ou *swap* de quaisquer documentos ou títulos, conversão de debêntures e/ou garantias que sejam exigidos por qualquer motivo pelos Acionistas, dividendo sobre ações, reestruturação, recapitalização, reclassificação, combinação ou permuta de quaisquer títulos ou valores mobiliários, inclusive debêntures conversíveis, estarão sujeitas aos termos e às condições definidos neste Acordo de Acionistas ("Ações").

3.3. Declarações. Os Acionistas, individualmente, declaram que: (i) são os legítimos proprietários e possuidores das Ações; (ii) a celebração e cumprimento deste Acordo não: (a) exige qualquer consentimento ou aprovação ainda não obtidos; (b) conflita com ou viola qualquer Lei Aplicável, decisão, procedimento judicial, arbitral, administrativo ou fiscal aplicável a si ou qualquer um de seus ativos que possam estar relacionados ou possam ser afetados; (c) resulta ou constitui (com ou sem notificação ou decurso de tempo) descumprimento ou inadimplemento de qualquer obrigação; (d) confere a qualquer Terceiro (com ou sem notificação ou decurso de tempo) qualquer direito de rescisão, alteração, pagamento antecipado ou cancelamento; e (e) resulta (com ou sem notificação ou decurso de tempo) na criação de qualquer Ônus (exceto pelos Ônus constituídos neste Acordo) ou restrição contra a Companhia, exceto conforme aqui disposto; (iii) o presente Acordo constitui uma obrigação legal e vinculante, exequível contra os mesmos de acordo com suas disposições; (iv) cada um tem plena capacidade, poder e autoridade e aprovações requeridas para celebrar, formalizar e entregar este Acordo e cumprir integralmente todas as obrigações nele previstas; e (v) não há qualquer vínculo contratual (inclusive de natureza trabalhista) ou decisão judicial ou de qualquer Autoridade Governamental ou qualquer forma de restrição, envolvendo os Acionistas, que os impeça de celebrar este Acordo, no todo ou

1.13 Acordos de acionistas

em parte, ou de exercer livremente suas atividades.

CLÁUSULA QUARTA EXERCÍCIO DOS DIREITOS DE VOTO E REUNIÕES PRÉVIAS

4.1. Exercício do Direito de Voto. Os Acionistas, por este instrumento, se comprometem, durante o prazo do presente Acordo de Acionistas, a exercer seus direitos de voto nas Assembleias Gerais da Companhia, e a instruir os administradores a votarem e/ou exercerem seus poderes de administração na Companhia, com o objetivo de implementar as premissas e os direitos definidos neste Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia.

4.2. Voto em Desacordo com o Acordo de Acionistas. Nos termos do Artigo 118, Parágrafo 8º, da Lei de Sociedades por Ações, o presidente das Assembleias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia não computará quaisquer votos proferidos de forma contrária às disposições deste Acordo de Acionistas.

4.3. Reuniões Prévias. Anteriormente à realização de qualquer Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia, os Acionistas se reunirão, observados os procedimentos previstos na Cláusula 4.4 e subcláusulas abaixo, para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias objeto da ordem do dia da respectiva Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia, de forma a definir e vincular o teor do voto de cada Acionista em uma Assembleia Geral da Companhia, e de seus representantes no Conselho de Administração em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia ("Reuniões Prévias"), nos termos abaixo, de forma que os Acionistas e seus representantes no Conselho de Administração da Companhia votarão necessariamente, na respectiva Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração, de maneira uniforme e em bloco, conforme o deliberado em cada Reunião Prévia.

4.3.1. Quórum de aprovação. Cada Ação representará 1 (um) voto em uma Reunião Prévia, e uma matéria para ser aprovada em Reunião Prévia necessitará do voto afirmativo de 80% (oitenta por cento) das Ações vinculadas à este Acordo de Acionistas.

4.4. Procedimentos da Reunião Prévia. As Reuniões Prévias serão convocadas por quaisquer dos Acionistas em até 1 (um) Dia Útil da data em que for realizada uma convocação para uma Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração, por meio de Notificação (conforme abaixo definido) aos demais Acionistas, e deverão ser realizadas em primeira convocação, na sede da Companhia, ou em qualquer outro local ou horário aceitável pelos Acionistas, até às 10:00 horas do 2º (segundo) Dia Útil anterior à realização da referida Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia a que ela se referir. Caso qualquer Reunião Prévia não seja instalada em 1ª (primeira) convocação, esta ficará automaticamente convocada

1.13 Acordos de acionistas

para realizar-se em 2ª (segunda) convocação na sede da Companhia, ou em qualquer outro local ou horário aceitável pelos Acionistas, às 10:00 horas do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração, verificado o quórum de instalação necessário, conforme disposto na Cláusula 4.4.2 abaixo.

- 4.4.1. Em qualquer caso, as Reuniões Prévias serão consideradas regularmente convocadas e instaladas quando todos os Acionistas estiverem presentes, pessoalmente ou por meio de seu(s) representante(s) legal(is) ou que possua(m) uma procuração válida e com poderes para votar as matérias em questão na Reunião Prévia ("Representantes Legais"), conforme o caso, independente de realização de convocação nos termos da Cláusula 4.4 acima, bem como independentemente do horário e local de sua realização.
- 4.4.2. As Reuniões Prévias serão consideradas regularmente instaladas, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de todos os Acionistas, pessoalmente ou por meio de seu(s) Representante(s) Legal(is), ou em 2ª (segunda) convocação, com a presença dos Acionistas representando 80% (oitenta por cento) das Ações vinculadas à este Acordo de Acionistas.
- 4.4.3. Independentemente da matéria discutida e aprovada em uma Reunião Prévia, os Acionistas que não compareceram na respectiva Reunião Prévia deverão votar na Assembleia Geral da Companhia e a orientar e instruir seus representantes no Conselho de Administração para que votem na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com a Ata de Reunião Prévia aplicável. A referida Ata de Reunião Prévia deverá ser sempre encaminhada a todos os Acionistas, logo após o encerramento de tal Reunião Prévia.
- 4.4.4. Os Acionistas poderão participar das Reuniões Prévias por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todas as pessoas participantes possam ser claramente identificadas. A participação em uma Reunião Prévia por meio de vídeo ou telefone constituirá presença na respectiva Reunião Prévia.
- 4.4.5. Os Acionistas, seja pessoalmente ou por meio de seu(s) Representante(s) Legal(is), se obrigam a não obstruir o exame e/ou votação, na forma deliberada na Reunião Prévia, de qualquer matéria apresentada em uma Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, e, ainda, a não deixar de participar de qualquer desses conclaves.
- 4.4.6. De cada Reunião Prévia será lavrada ata com um sumário das deliberações às quais os votos dos Acionistas se vincularão, para fins de determinação de seus votos na Assembleia Geral da Companhia aplicável, bem como de seus representantes no Conselho de Administração na Reunião do Conselho de Administração aplicável, para todos os fins de direito ("Ata de Reunião Prévia"). A Ata de Reunião Prévia autorizará e outorgará poderes para 1 (um) ou mais

1.13 Acordos de acionistas

Acionistas ou a 1 (um) Representante Legal dos Acionistas, para representar a integralidade dos Acionistas na Assembleia Geral da Companhia aplicável.

- 4.4.7. O presidente da Assembleia Geral e da Reunião do Conselho de Administração da Companhia não computará e nem registrará qualquer voto em desacordo com uma deliberação constante em uma Ata de Reunião Prévia, sob as penalidades previstas na Lei, sendo que qualquer voto em contrário será considerado nulo para todos os efeitos.
- 4.4.8. Os Acionistas, pessoalmente ou por meio de seu(s) Representante(s) Legal(is), comprometem-se a comparecer e exercer o direito de voto de suas Ações na Assembleia Geral da Companhia, bem como instruir e orientar seus representantes no Conselho de Administração a exercerem seus direitos de voto na Reunião do Conselho de Administração, votando uniformemente, conforme definido previamente em Reunião Prévia.
- 4.4.9. Nos termos do Artigo 118, Parágrafo 9º, da Lei de Sociedade por Ações, o não comparecimento à Assembleia Geral ou à Reunião do Conselho de Administração da Companhia, bem como as abstenções de voto de qualquer parte deste Acordo de Acionistas ou de membros do Conselho de Administração eleitos nos termos deste Acordo de Acionistas, assegura à parte prejudicada o direito de votar com as Ações pertencentes ao Acionista ausente ou omissa e, no caso de membro do Conselho de Administração, pelo conselheiro eleito com os votos da parte prejudicada.

CLÁUSULA QUINTA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.1. Conselho de Administração. Cada um dos Acionistas terá o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração da Companhia, obrigando-se a exercer seus direitos de voto na Assembleia Geral da Companhia que tiver por objeto a eleição dos membros do Conselho de Administração, de modo a eleger o membro indicado por cada Acionista, nos termos desta Cláusula.
- 5.1.1. Os Acionistas obrigam-se a, no âmbito deste Acordo, não solicitar, e renunciam desde já ao direito de solicitar, a adoção de voto múltiplo ou de eleição em separado para cargos do Conselho de Administração, conforme previstos no Artigo 141, da Lei das Sociedades por Ações, considerando as regras ajustadas neste Acordo entre os Acionistas para a formação do Conselho de Administração da Companhia.

CLÁUSULA SEXTA RESTRICÇÕES A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES, DIREITO DE PRIMEIRA OFERTA

1.13 Acordos de acionistas

6.1. Restrições a Transferências. Nenhum Acionista poderá Transferir suas Ações a um Terceiro, salvo em conformidade com o estabelecido no presente Acordo de Acionistas.

6.2. Adesão ao Acordo. Os Acionistas, neste ato, concordam que é condição para qualquer Transferência de Ações, para qualquer Terceiro, que tal Terceiro torne-se parte deste Acordo de Acionistas, assumindo e subrogando-se, dessa forma, em todos os direitos e obrigações aqui estabelecidos.

6.3. Caso uma Transferência de Ações seja realizada sem a devida observância dos termos e condições deste Acordo de Acionistas ou caso o Terceiro recuse-se a aderir a este Acordo de Acionistas, a correspondente Transferência de Ações será considerada nula e ineficaz.

6.4. Os Acionistas, neste ato, comprometem-se a fazer com que a Companhia não registre qualquer Transferência de Ações, caso a Transferência de Ações não seja realizada com a devida observância dos termos e condições deste Acordo de Acionistas, ou caso o Terceiro adquirente não se torne parte deste Acordo de Acionistas.

6.5. Direito de Primeira Oferta. Os Acionistas, neste ato, outorgam-se reciprocamente o direito de primeira oferta para adquirir as Ações pertencentes a cada um deles, caso qualquer Acionista pretenda, de qualquer forma, Transferir, direta ou indiretamente, tais Ações a um Terceiro ("Direito de Primeira Oferta"). Qualquer Acionista que deseje Transferir suas Ações a um Terceiro ("Acionista Ofertante") deverá primeiramente notificar os outros Acionistas ("Acionistas Ofertados") de sua intenção ("Notificação de Primeira Oferta").

6.5.2. Os Acionistas Ofertados terão um prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data de recebimento da Notificação de Primeira Oferta, para exercer seu Direito de Primeira Oferta com relação a todas as Ações ofertadas pelo Acionista Ofertante, na proporção das suas respectivas participações societárias, excluindo-se, para esses efeitos, a participação societária do Acionista Ofertante.

6.5.3. A fim de exercer seu respectivo Direito de Primeira Oferta, o Acionista Ofertado deverá contranotificar o Acionista Ofertante dentro do prazo de 10 (dez) dias estipulado na Cláusula 6.5.2 acima, indicando se exercerá ou não seu Direito de Primeira Oferta e, em caso positivo, informando o preço a ser pago por Ação, o prazo, forma de pagamento e demais condições ofertadas.

6.5.4. Na hipótese de mais de um Acionista Ofertado exercer seu Direito de Primeira Oferta e o Acionista Ofertante decidir aceitar a melhor das ofertas recebidas ("Oferta Eleita"), o Acionista Ofertante deverá informar aos demais Acionistas Ofertados os termos da Oferta Eleita.

6.5.5. A mora dos Acionistas Ofertados em manifestarem-se acerca do exercício ou não do Direito de Primeira Oferta até a data limite, conforme estabelecido na

1.13 Acordos de acionistas

Cláusula 6.5.2 acima, será interpretada como uma renúncia ao Direito de Primeira Oferta.

6.6. Expirado o prazo estipulado na Cláusula 6.5.2 acima, caso os Acionistas Ofertados não tenham exercido seu Direito de Primeira Oferta ou caso nenhuma das ofertas por eles apresentadas tenha sido aceita pelo Acionista Ofertante, o Acionista Ofertante poderá buscar uma oferta melhor, de um Terceiro por suas Ações ("Oferta de Terceiro"). Qualquer Oferta de Terceiro a ser considerada deverá ter valor e condições não inferiores aos eventualmente já oferecidos pelos Acionistas Ofertados.

6.7. Transferências Permitidas. Os Acionistas acordam que o Direito de Primeira Oferta não serão aplicáveis para Transferências: (a) decorrentes da partilha realizada no âmbito do Processo de Inventário; e (b) entre os Acionistas e suas Afiliadas, desde que o Acionista cedente das Ações permaneça, por todo tempo, de forma direta ou indireta, como Controlador de referida Afiliada, a qual, por sua vez, deve aderir ao presente Acordo, assumindo os direitos e obrigações nele previstos, sendo que, na hipótese de uma Transferência nos termos desta Cláusula 6.7(b), (i) o Acionista que Transferir suas Ações deverá permanecer solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações constantes do presente Acordo pela respectiva Afiliada e (ii) caso a Afiliada cessionária das Ações deixe, a qualquer tempo, de ser uma Afiliada do Acionista cedente, a propriedade das Ações Transferidas correspondentes deverá ser devolvida ao Acionista cedente imediatamente antes da perda, pela Afiliada cessionária, de sua condição de Afiliada do Acionista cedente.

CLÁUSULA SÉTIMA PRAZO

7.1. Prazo. Este Acordo entrará em vigor na presente data, permanecendo válido pelo prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA OITAVA DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Notificações. Todas as notificações, comunicações e avisos exigidos ou permitidos nos termos deste Acordo de Acionistas ("Notificações") deverão ser efetuados por escrito e entregues a cada Acionista através de e-mail e/ou carta registrada, com aviso de recebimento, para os seguintes endereços:

Se para José Luiz:

Endereço: Rua Indiana, nº 437, apto. 161, bairro Brooklin, CEP 04562-000, São Paulo – SP.

Email: jlaneto@uol.com.br

Se para Caetano:

1.13 Acordos de acionistas

Endereço: Rua Eduardo Ribeiro Costa, nº 90, Retiro Morumbi, CEP 05692-040, São Paulo - SP.

Email: caetano@aliperti.com.br

Se para Ana Regina:

Endereço: Rua Portugal, nº 285, Jardim Europa, CEP 01446-020, São Paulo - SP.

Email: raliperti58@gmail.com

8.1.1. Os Acionistas obrigam-se a comunicar qualquer alteração dos dados relativos ao recebimento de Notificações acima indicados (em especial, quanto ao endereço ou seus representantes legais), por escrito, na forma aqui prevista, sob pena de serem consideradas válidas as Notificações enviadas para as pessoas e endereços indicados na Cláusula 8.1.

8.2. Registros e Arquivamentos. Este Acordo de Acionistas e quaisquer alterações subsequentes deverão ser arquivados na sede da Companhia, nos termos e para os fins do Artigo 118, da Lei de Sociedades por Ações. A seguinte expressão deverá ser aposta nos extratos emitidos pelo banco custodiante das Ações da Companhia, ao lado dos respectivos registros das Ações, e nos certificados de Ações, se emitidos: *"Os direitos de voto inerentes às ações representadas por este certificado (ou registro), assim como a transferência destas ações por qualquer razão que seja, estão vinculadas e sujeitas ao Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 13 de junho de 2025".*

8.3. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. Este Acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores e cessionários autorizados, a qualquer tempo e a qualquer título. Este Acordo não se destina a e não será interpretado para criar nenhum direito em relação a quaisquer Pessoas que não sejam os Acionistas e seus respectivos sucessores e cessionários autorizados, sendo certo que nenhuma Pessoa poderá reivindicar nenhum direito como terceiro beneficiário, nos termos do presente instrumento.

8.4. Alteração deste Acordo. Nenhuma alteração ou modificação deste Acordo será efetiva, exceto quando for feita por escrito e assinada pelos Acionistas.

8.5. Íntegra do Acordo. Este Acordo constitui a íntegra do acordo entre os Acionistas e substitui quaisquer acordos, entendimentos ou contratos anteriores entre todos ou parte dos Acionistas, sejam eles verbais ou por escrito, com relação ao objeto do presente instrumento. Os Acionistas não poderão celebrar quaisquer outros acordos de acionistas que vinculem as Ações ou ainda qualquer outro regulando seu direito de voto, direta ou indiretamente.

8.6. Cessão. Observados os termos e condições deste Acordo de Acionistas, nenhum dos Acionistas deverá ter o direito de ceder ou transferir qualquer direito ou obrigação

1.13 Acordos de acionistas

decorrente do presente Acordo de Acionistas ou relacionado a ele sem o consentimento prévio por escrito dos outros Acionistas.

8.7. Conflito com Estatuto Social. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência entre os termos e as condições do Estatuto Social e deste Acordo, os termos e as condições deste Acordo prevalecerão em todos os aspectos.

8.8. Tolerância e Renúncias. A tolerância por parte de qualquer Acionista quanto ao atraso no desempenho, não desempenho ou desempenho inexato de quaisquer das disposições deste Acordo: (a) não será interpretada como renúncia de qualquer direito de tal Acionista; (b) não afetará adversamente seu direito de exigir o cumprimento da obrigação pertinente; e (c) não constituirá novação nos termos dos Artigos 360 e seguintes do Código Civil.

8.9. Independência das Disposições. Caso qualquer disposição ou parte de uma disposição deste Acordo seja considerada por qualquer tribunal de jurisdição competente, inválida ou inexecutável, tal invalidez ou inexecutabilidade não afetarão as outras disposições ou partes desta disposição ou deste Acordo, sendo que todas permanecerão em pleno vigor e efeito. Não obstante o acima exposto, em caso de qualquer conflito entre os termos deste Acordo e as Leis Aplicáveis, os Acionistas adotarão as ações que sejam necessárias ou desejáveis na medida permitida pelas Leis Aplicáveis, incluindo a alteração deste Acordo, para dar efeito às intenções e condições essenciais contempladas neste Acordo, preservando, na medida do possível, os principais termos e intenções originalmente negociados pelos Acionistas.

8.10. Execução Específica. Este Acordo constitui título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo de outros recursos detidos pelos Acionistas, as disposições e obrigações assumidas neste Acordo comportam execução específica, nos termos do Artigo 118, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos Artigos 536 a 538 e 806 a 823, do Código de Processo Civil, sendo possível que eventuais perdas e danos não sejam satisfação adequada do direito dos Acionistas. Esse remédio não deverá ser considerado como remédio exclusivo para o inadimplemento deste Acordo, mas tão somente um recurso adicional a outros remédios disponíveis.

CLÁUSULA NONA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

9.1. Lei Aplicável. Este Acordo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

9.2. Foro. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Acordo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

1.13 Acordos de acionistas

E por estarem assim justos e acordados, os Acionistas assinam este Acordo de Acionistas da Companhia em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, diante das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo – SP, 13 de junho de 2025.

Partes:

JOSE LUIZ ALIPERTI
NETO:56335598868

Assinado de forma digital
por JOSE LUIZ ALIPERTI
NETO:56335598868
Dados: 2025.06.13 14:59:58
-03'00'

JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO

CAETANO
ALIPERTI:634798008
82

Assinado de forma digital por
CAETANO ALIPERTI:63479800882
Dados: 2025.06.13 14:07:08 -03'00'

CAETANO ALIPERTI

Signed by:
Ana Regina Aliperti
FCC24482D09D442...

ANA REGINA ALIPERTI

Testemunhas:

DocuSigned by:
Helen Cristiane Chiquetano
1. 6A0381ED068E4D7

Nome: Helen Cristiane Chiquetano
CPF/MF: 266.132.068-73
RG: 21.887.563-0

Assinado por:
Giovanna Norões Peres
2. ECCABA076CC4485...

Nome: Giovanna Norões Peres
CPF/MF: 498.347.938-47
RG: 47.614.419-x

1.13 Acordos de acionistas



Certificado de conclusão

ID de envelope: 0C98E80C-6C3F-49C7-8659-8966C8320114
 Assunto: Conclua com o Docusign: Aliperti S.A. - Acordo Acionistas.pdf
 Envelope de origem:
 Página do documento: 15 Assinaturas: 3
 Certificar páginas: 5 Iniciais: 0
 Assinatura guiada: Ativada
 Selo do ID do envelope: Ativada
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Estado: Concluído
 Autor do envelope:
 JOSELAINE BUENO
 Rua Affonso Aliperti, 180
 São Paulo, SP 09639-000
 josi.bueno@agroeldorado.com.br
 Endereço IP: 2804:14c:e0:80f

Controlo de registos

Estado: Original
 13/06/2025 11:05:23
 Titular: JOSELAINE BUENO
 josi.bueno@agroeldorado.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Ana Regina Aliperti
 raliperti58@gmail.com
 Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

Signed by:

 FCC24482090D442...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Utilizar o endereço IP: 177.32.123.145

Carimbo de data/hora

Enviado: 13/06/2025 11:08:36
 Reenviado: 13/06/2025 11:23:45
 Visualizado: 13/06/2025 11:28:29
 Assinado: 13/06/2025 11:59:30

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 13/06/2025 11:59:14
 ID: 624e2c5d-4be0-4f3d-a47a-a12a1b4aa6bb

Giovanna Norões Peres
 giovanna.peres@agroeldorado.com.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinado por:

 ECC8BA6278CC4485...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Utilizar o endereço IP: 201.6.158.224

Enviado: 13/06/2025 11:08:37
 Visualizado: 13/06/2025 11:10:21
 Assinado: 13/06/2025 11:11:17

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 13/06/2025 11:10:21
 ID: f66b67ce-b6ef-47f7-a906-c25253d68e95

Helen Cristiane Chiquetano
 helen.chiquetano@agroeldorado.com.br

Advogada Sênior
 AGROELDORADO AGRICULTURA E PECUÁRIA
 LTDA.

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Não disponível através do Docusign

DocuSigned by:

 8A0361FD088F4D7...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Utilizar o endereço IP: 201.6.158.224

Enviado: 13/06/2025 11:08:37
 Visualizado: 13/06/2025 11:09:29
 Assinado: 13/06/2025 11:10:07

Eventos de signatário presencial

Assinatura

Carimbo de data/hora

Eventos de entrega do editor

Estado

Carimbo de data/hora

Eventos de entrega do agente

Estado

Carimbo de data/hora

Evento de entrega do intermediário

Estado

Carimbo de data/hora

Eventos de entrega certificada

Estado

Carimbo de data/hora

1.13 Acordos de acionistas

Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Célio de Melo Almada Neto cman@meloalmada.com.br Nível de segurança: Correio eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 13/06/2025 11:08:37
Aviso legal de registos e assinaturas eletrônicos: Aceite: 14/05/2025 07:08:19 ID: 9cce3ccd-09ef-43b7-9894-b95931caaa62		
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	13/06/2025 11:08:38
Entrega certificada	Segurança verificada	13/06/2025 11:09:29
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	13/06/2025 11:10:07
Concluído	Segurança verificada	13/06/2025 11:59:30
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrônicos		

1.13 Acordos de acionistas

Aviso legal de registros e assinaturas eletrônicos criado em: 29/05/2024 07:25:30

As partes concordam em: Ana Regina Aliperti, Giovanna Norões Peres, Célio de Melo Almada Neto

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

1.13 Acordos de acionistas

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: josi.bueno@agroeldorado.com.br

To advise AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

1.13 Acordos de acionistas

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA during the course of your relationship with AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios



1.13. Acordo de Acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

A Companhia não possui acordos de acionistas que regulem o direito de exercício a voto ou transferência de ações.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas



1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não foram celebrados contratos entre as Controladas e a Companhia que não fossem diretamente relacionados com suas atividades principais.

1.16 Outras informações relevantes



1.16. Outras informações relevantes

1.16. Outras informações relevantes

Todas as informações de relevância foram demonstradas nos tópicos acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



2.1. Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As atividades operacionais da Companhia estão paralisadas. Todavia, a Diretoria entende que a Companhia, levando em consideração as atividades operacionais das suas controladas, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seus negócios e cumprir suas obrigações a curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia tem recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



A Diretoria entende que a geração de caixa operacional da Companhia, por meio de suas controladas, é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo necessidade a Companhia pode acessar o mercado financeiro brasileiro para atender suas eventuais necessidades de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

f.1. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamento BNDES. O saldo encontra-se subjudice. A Companhia, através de Laudo Pericial, está atualizando seu valor por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas.

f.2. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras que sejam relevantes.

f.3. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

f.4. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável aos contratos firmados pela companhia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



caixa

Há alteração significativa em outras despesas operacionais na demonstração do resultado com redução de R\$ 10.704MM, saindo de R\$ 18.994MM em 2023 para R\$ 8.240MM em 2024, que basicamente se deu por redução da necessidade de provisões para perdas e ajustes de ativos.

2.2 Resultados operacional e financeiro



2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia informa que em 2024 recebeu da Eletrobrás um valor líquido no montante de R\$ 18.620MM provenientes de uma ação judicial acerca de empréstimo compulsório nas contas de energia elétrica.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item “i” acima.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não se aplica.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não se aplica.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Dentre as alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, destacamos as alterações ao CPC 26 (R1) - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas (“covenants”), equivalente ao IAS 1, CPC 06 (R2) - Passivos de arrendamento e retroarrendamento (“leaseback”), equivalente ao IFRS 16, e CPC 40 (R1) e CPC 03 (R2) - Acordos de financiamento de fornecedores (“risco sacado”), equivalentes ao IFRS 7 e IAS 7, respectivamente e a revisão do CPC 09 (R1), as quais foram consideradas na elaboração destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não havendo no entanto, efeitos materiais nas informações divulgadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No relatório do auditor foi emitido sem modificação de opinião e com os parágrafos de ênfases:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.

Nos últimos exercícios, a Companhia realizou diversas ações que refletiram em um maior controle das suas despesas gerais e administrativa, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos vivenciados no passado.

Essas ações resultaram em um equilíbrio dos fluxos de caixa, recuperando a rentabilidade da Companhia e suas controladas, tanto que nos exercícios de 2024 e 2023, os resultados consolidados positivos totalizaram o montante de R\$ 51.193 mil e R\$ 16.181 mil, respectivamente.

A Administração acredita que nos próximos anos a Companhia possua expectativas de melhorar ainda mais sua rentabilidade e gerar recursos oriundos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuar operando.

Ênfase

Ênfase - Demais obrigações junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, o saldo de R\$ 58.764 mil, relativo à obrigação registrada na rubrica de Financiamento no Passivo Não Circulante, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social continua “sub judice”, em razão da discordância de valores entre as partes. Os Assessores Jurídicos da Companhia informam que foi determinada nova perícia judicial e declaram que o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à liquidação desta obrigação, considerando ainda que a Instituição Financeira tem como garantia as propriedades rurais da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



Principais assuntos de auditoria (PPA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Ênfase”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- **Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 6 (n) – Provisões e 19 Provisão para Contingência

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido a esse fato, e à complexidade e às incertezas relacionadas aos aspectos legais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais internos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia, e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação. Para os valores mais significativos e/ou críticos, avaliamos a documentação que suporta as opiniões legais emitidas e os aspectos legais da legislação brasileira, para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 19.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e passivos e ativos contingentes registrados e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Mensuração do valor justo do Ativo Biológico**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 6 (f) e 10 – Ativo Biológico

A Companhia mensura o valor justo do seu ativo biológico, proveniente das lavouras de cana-de-açúcar por meio de um modelo de fluxo de caixa, que leva em consideração diversas premissas e julgamento da Administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto e o volume de produção.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao fato que variações nas

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



premissas ou nas técnicas de avaliação podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, o que pode impactar, de forma relevante, os valores desses ativos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico, considerando as informações os controles instituídos pela Administração, (ii) avaliação de razoabilidade das significativas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

Adicionalmente, avaliamos os critérios utilizados pela Companhia para a constituição dos tributos diferidos. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas nas notas explicativas nº 10 e 18.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado de 25 de março de 2024, sem ressalva e com parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia, que se retira para este exercício em função das evidências apresentadas em relação à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro, conforme descrito na nota explicativa no. 1, e parágrafos de ênfases quanto a mesma redação do assunto descrito no parágrafo de ênfase deste relatório e aos assuntos relacionados aos “Outros Créditos no Ativo Não Circulante”, que também se retiram para este exercício, em virtude dos seguintes aspectos descritos na nota explicativa no 12: (a) baixa do saldo contábil do crédito fiscal no montante de R\$ 9.175 mil, em razão da nova avaliação, por parte da Administração da

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



Companhia, em relação a expectativa de recebimento deste montante; (b) ajuste do saldo contábil dos créditos junto ao Banco Santander (Antigo Banco Sudameris), com base no laudo pericial do processo judicial e (c) adesão ao programa de parcelamento das dívidas tributárias federais, gerando assim, a possibilidade do levantamento dos valores dos bloqueios judiciais e/ou utilização dos mesmos, para liquidação em outros processos.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs



2.4 Efeitos relevantes nas DF's

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis



2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não aplicável.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs



2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2025, foi autorizada a distribuição de dividendos adicionais, referente ao exercício de 2024, no valor de R\$ 1.400, sujeito a análise/ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 14 de abril de 2025.

Com o intuito de adaptar a denominação social e o objeto social da Companhia foi aprovada também, na reunião do Conselho de Administração em 13 de março de 2025, a proposta para a alteração da denominação social da Companhia, de *Siderúrgica J L Aliperti S/A* para *Aliperti S/A* e com a consequente alteração do objeto social. Esses assuntos serão objeto de análise e aprovação na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 14 de abril de 2025, conforme Fato Relevante divulgado em 13 de março de 2025.

2.7 Destinação de resultados



2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício calcula-se 5% (cinco por cento) para reserva legal.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício calcula-se 5% (cinco por cento) de reserva legal e do saldo, 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos obrigatórios.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anualmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, observadas as exigências legais.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs



2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DF's

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

iii. contratos de construção não terminada

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados



2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios



2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos

2.10 Planos de negócios



produtos ou serviços

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional



2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

3.1 Projeções divulgadas e premissas



3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não adota como prática divulgar suas projeções e estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções



3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não divulgou projeções sobre a evolução de seus indicadores nos 3 últimos exercícios.

4.1 Descrição dos fatores de risco



4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados ao emissor:

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependerão de algumas estratégias. Diversificar suas atividades, buscando novas oportunidades de negócios. Reduzir custos e aumentar a eficiência operacional.

b) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados ao controlador diretor ou indireto ou grupo de controle:

O acionista controlador tem poderes para eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas. O acionista controlador poderá ter interesses diferentes com os da Companhia e causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

c) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a seus acionistas:

O Estatuto da Companhia prevê que a título de dividendos obrigatórios pagar 25% do lucro líquido ajustado.

Podendo esse lucro líquido ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, e não ser disponibilizado para pagamento de dividendos se for manifestado pelos administradores e aprovado em Assembleia Geral, se tal pagamento for desaconselhável devido a situação financeira da Companhia.

d) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados as suas controladas e coligadas:

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à companhia.

e) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a seus fornecedores:

O não cumprimento de prazo e qualidade exigidos de nossos fornecedores podem afetar negativamente nosso relacionamento com os clientes.

f) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a seus clientes

4.1 Descrição dos fatores de risco



Não podemos prever quando os preços dos insumos sofrerão reajustes, podendo esses aumentos serem repassados aos preços de nossos produtos.

g) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados aos setores da economia em que a Companhia atue:

O negócio da companhia poderá ser afetado por alterações da conjuntura econômica nacional. As interrupções no mercado de crédito poderão ter impacto negativo sobre a demanda de nossos serviços/produtos acarretando a redução de vendas e consequentemente o resultado operacional.

h) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a regulação dos setores em que a Companhia atue:

Alterações na legislação fiscal podem resultar em aumento de certos tributos diretos e indiretos. A companhia não pode prever as mudanças na legislação fiscal brasileira, essas mudanças podem resultar em aumento da carga tributária, o que poderia diminuir a margem líquida da companhia e afetar seu desempenho financeiro.

i) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue:

A companhia não atua em países estrangeiros.

j) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a questões sociais:

Questões ligadas à mão-de-obra, encargos sociais, questões sindicais e impactos nas comunidades onde a empresa eventualmente venha a operar.

k) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a questões ambientais:

O cumprimento da legislação ambiental aplicável às suas atividades ou de suas controladas. Dificuldade na obtenção de licenças e autorizações ambientais necessárias ao desenvolvimento dos projetos.

l) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição:

Riscos ligados a fatores climáticos, tais como condições climáticas severas por excesso ou falta de chuvas, em especial nas atividades ligadas à agricultura.

m) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco



4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos:

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a(o):

- emissor;
- controlador diretor ou indireto ou grupo de controle;
- acionistas;
- controladas e coligadas;
- questões ambientais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações.

Considerando que as atividades da Companhia se limitam a locação de espaços de suas instalações a empresas de diversos setores, os riscos de mercado referem-se à queda da atividade econômica como um todo, impactando as atividades dos locatários. Nesse aspecto torna-se relevante a questão de taxa de juros cujo aumento pode refrear as atividades do mercado em geral.

Em relação às atividades de suas controladas entendemos que os riscos de mercado são menores uma vez que as perspectivas de consumo de celulose vem crescendo no mundo com a construção de novas fábricas em território nacional, desse modo o arrendamento da área rural para a Suzano S/A tem perspectivas muito boas.



Fonte: Natural Resources Canada.

Vide: <https://www.sinpacel.org.br/wp-content/uploads/2024/12/indicadores-de-precos.pdf>

Em esteira paralela, temos o plantio em parceria com a cana de açúcar. Tanto a produção de açúcar como de álcool têm boas perspectivas futuras de crescimento de modo que vemos com otimismo a evolução dos preços não tendo expectativas de queda nos preços. Observando a evolução no preço da ATR divulgado pelo Consecana verifica-se uma constante evolução.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



EVOLUÇÃO DO PREÇO DO ATR

CONSECANA-SP



Vide: <https://agroadvance.com.br/blog-consecana-preco-do-atr/>

Quanto à locação de espaços pela empresa de *self storage* também há boas expectativas uma vez que este tipo de mercado ainda é baixo no Brasil com boas perspectivas de crescimento. Evidentemente, tudo isso dependerá do andamento da economia em geral.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Não foram relacionados os processos de execução fiscal que foram objeto de parcelamentos e portanto tiveram as pendências negociadas.

Processo: 91.065599-3		
a)	Juízo	13ª Vara Da Justiça Federal Em São Paulo
b)	1ª Instância	
c)	Data De Instauração	1989
d)	Partes No Processo	Autor: Bndes – Banco Nacional De Desenvolvimento Social Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.368.545,31
f)	principais fatos	O processo encontra-se em fase, de embargos a execução. Processo julgado procedente em parte. Houve apelação onde foi negado provimento aos recursos, tendo os autos referidos retornados a origem, aguardando sua provocação na origem. A autora pediu vista do processo fora de cartório para elaboração de cálculos. Apresentou cálculos os quais foram impugnados. O Sr. Contador opinou pelo refazimento dos cálculos, uma vez que foram elaborados em desacordo a coisa julgada. Em face das divergências existentes nos cálculos o Juiz determinou a realização de perícia nomeando perito. A perícia está sendo realizada. Foi apurado o valor de R\$ 59.368.545,31 que ainda será impugnado oportunamente. Apesar das garantia hipotecárias a penhora foi realizada sobre apenas um imóvel localizado na comarca de Uberlândia conhecida como Fazenda Déssio Domingues
g)	chance de perda	remota

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 0205088-18.1989.8.26.0003 - 944/89	
a) juízo	1ª Vara Cível Do Jabaquara
b) 1ª instância	
c) data de instauração	1989
d) partes no processo	Autor: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 893.142,50 (valor atualizado pelo IGPM)
f) principais fatos	Trata-se de execução de contrato bancário. Embargamos a execução. Julgada improcedente. Recurso de apelação improvido. Processo suspenso face a existência de ação declaratória onde se pede a revisão do contrato que embasou a execução. O Juiz determinou o prosseguimento do feito. Agravamos da decisão. Foi negado provimento ao agravo. Recorremos de tal decisão. Aguardando despacho de admissibilidade do recurso. Recurso não foi admitido, Entramos com agravo de despacho denegatório. Aguardando julgamento. Foi determinada a avaliação dos imóveis objeto de penhora. Foi realizada a perícia. Não concordamos com a homologação da perícia, razão pela qual agravamos onde obtivemos êxito com a determinação de nova perícia. Aguardando finalização da perícia. Foi determinada suspensão da execução em razão da ação revisional
g) chance de perda	remota
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se	Não há provisão

4.4 Processos não sigilosos relevantes

houver provisão	
-----------------	--

Processo: 003.10.015848-2	
a) juízo	1ª Vara Cível Do Jabaquara
b) 1ª instância	
c) data de instauração	1998
d) partes no processo	Autor: SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S/A Ré: Banco Sudameris Brasil S/A
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.000,00 (para efeitos fiscais)
f) principais fatos	Trata-se de ação declaratória visando a revisão de contrato bancário. Ação foi julgada improcedente. Apelamos de tal decisão. O processo encontra-se no 1º tac, aguardando distribuição. Foi negado provimento a apelação. Apresentamos embargos de declaração, onde foram julgados parcialmente procedentes. Apresentamos recurso especial e extraordinário, sendo admitido e remetido o especial para o superior tribunal de justiça, aguardando julgamento. Foi dado provimento ao recurso especial determinando que os contratos extintos podem ser revistos através da presente ação. Os autos baixaram a origem para prosseguimento. Os autos foram remertidos por prevenção a 1ª vara do fôro Regional do Jabaquara. Ocorre que o Juiz do Jabaquara entendeu que os autos devem retornar a 21ªa vara Cível da Capital. Aguardando remessa dos autos. Os autos forma remetidos a 21ª Vara Cível, onde o Juiz “ a quo” houve por bem remetê-los ao Tribunal onde deu provimento parcial a apelação.Apresentamos recurso de tal decisão. Aguardando despacho de admissibilidade do recurso. Foi dado início a execução provisória da sentença. As partes apresentaram os seus cálculos onde foi determinada a realização de nova perícia. A perícia

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	está sendo realizada
g) chance de perda	remota
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 953/95	
a) juízo	26ª Vara Cível Do Fôro Central Da Capital
b) 1ª instância	
c) data de instauração	1995
d) partes no processo	Autor: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A Ré: Persianas Columbia S/A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (12/2020)
f) principais fatos	Trata-se de pedido de falência.habilitamos nosso credito, e o MM. Juiz determinou que fosse restituído tal valor. Aguardamos o levantamento do valor. Foi requerido o levantamento do valor devido. Aguardando-se o despacho do juiz.Aguardando arrecadação de bens.
g) chance de perda	remota
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 97.01297407	
a) Juízo	12ª Vara Cível Da Comarca De Goiânia
b) 1ª Instância	
c) Data De Instauração	1997

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d)	Partes No Processo	Autor: Jrh Representações Ltda Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 99.718,10 (02/2024)
f)	principais fatos	Trata-se de ação de representante comercial. Ação julgada procedente. Apelamos de tal decisão. Negado provimento. Foi requerida a penhora on-line de ativos financeiros da executada. Tal solicitação foi deferida, onde foi penhorado o valor da execução. O exequente está tentando penhorar um saldo a ser apurado pela contadoria do fórum. Aguardando decisão.
g)	chance de perda	remota.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo:		583.00.2007.186426-6
a)	juízo	4ª Vara Cível Do Fôro Central Da Capital
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2007
d)	partes no processo	Autora: Atriun Participações Consultoria E Empreendimentos Ltda. Ré: Siderurgica J.L. Aliperti S/A
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (12/2020)
f)	principais fatos	Trata-se de ação indenizatória objetivando o ressarcimento de valores sob o argumento de que a ré não teria repassado lucros referentes a projetos de reflorestamento. A ré apresentou contestação alegando para tanto que nada é devido uma vez que os projetos se encerraram por sua inviabilidade, não havendo qualquer lucro. Foi decretada a falência da Autora, sendo nomeado um síndico. A Ação foi julgada improcedente. Houve recurso de apelação. Aguardando julgamento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g) chance de perda	remota
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: Nº 0028242-67.2012.8.26.0577	
a) juízo	1ª Vara Cível do Foro da Comarca de São José dos Campos
c) data de instauração	2012
d) partes no processo	Autor: JAIR CAPATTI JÚNIOR Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A
e) valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R\$ 175.514,50 (02/2024)
f) principais fatos	Trata-se de ação de execução promovida em razão de não pagamento de honorários periciais arbitrados em processo promovido por Embrarc. Em primeira instância a ação foi julgada improcedente. Foi dado provimento ao Recurso. Apresentamos recurso ao STJ pois entendemos que operou-se a prescrição. Foi negado provimento a agravo de instrumento no Superior Tribunal de Justiça. O processo retornou a origem para início da execução. Autos no arquivo geral de 25.02.2022
g) chance de perda	Probabilidade provável
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: Nº 1001232-65.2016.8.26.0003	
a) juízo	2ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c)	data de instauração	28/01/2016
d)	partes no processo	Autor ; SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S/A. Ré: Banco Rural S/A.
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 260.000,00 (02/2024)
f)	principais fatos	Trata-se de ação indenizatória em razão do não pagamento de valor que a Autora tem direito referente a liquidação extrajudicial do Banco Rural. Foi apresentada contestação sob o argumento de que nada é devido. Foi apresentada réplica. Aguardando prolação de sentença. Julgada improcedente a ação. Apelamos para o TJSP. Aguardando julgamento do recurso. Foi negado provimento ao recurso de apelação. Foi interposto recurso especial. Negado Seguimento ao Recurso Especial. Agravo também teve seu seguimento negado. Autos retornaram para a vara de origem para cumprimento de sentença. Autos Suspensos. Arquivado provisoriamente.
g)	chance de perda	Provável
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: Nº 1114029-81.2016.8.26.0100		
a)	juízo	1ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara
c)	data de instauração	2016
d)	partes no processo	Autor : DEA MANEIO PEREIRA DE MAGALHÃES. Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 344.077,02

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f)	principais fatos	Trata-se de ação ordinária de indenização proposta em razão de locação de imóvel situado no município de Sorocaba. Aguardando a citação de todas as partes para apresentação da contestação. Todas as partes foram citadas. As contestações foram apresentadas. Processos foi para perícia. Laudo Pericial elaborado. Manifestação das partes sobre laudo pericial. Intimação ao Perito para se manifestar sobre questionamentos das partes. Reiterado o pedido de esclarecimentos do Perito.
g)	chance de perda	remota
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 1000323-18.2019.8.26.0003		
a)	juízo	22ª Vara Cível do Fôro Central - SP
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2019
d)	partes no processo	Autor: BANCO SANTANDER S/A Ré: SIDERURGICA J.L. ALIPERTI S/A
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.151.301,45
f)	principais fatos	Trata-se de ação de indenização promovida pelo Banco sob o argumento de que a Siderúrgica uso durante anos indevidamente o terreno onde encontra-se a subestação de energia. Fomos citados. Apresentamos contestação e reconvenção. Aguardando despacho. Reconvenção foi Extinta sem Julgamento do Mérito. As partes apresentaram alegações finais. Ação Julgada Procedente. Interposto Recurso de Apelação.
g)	chance de perda	Provável
h)	análise do impacto	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processos Cíveis – Tributários S/A Agro Industrial Eldorado	
Proc.: 2008.61.00.012382-1	
a) juízo	6ª Vara da Justiça Federal
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2008
d) partes no processo	Delegado Da Receita Federal Em São Paulo Autora: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000,00 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: concessão da segurança para impedir a cobrança de tributos face a existência de processo administrativo que ainda não foi julgado. Foi dada liminar e posteriormente a segurança. Houve recurso por parte da fazenda nacional. Aguardando julgamento dos recursos.
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 40%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não Há Provisão
Proc.: 2008.61.82.018188-2	
a) juízo	4ª vara das execuções fiscais da Justiça Federal
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2001
d) partes no processo	Autora: Fazenda Nacional
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 171.059,19 (12/2020)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f)	principais fatos	Ação: execução fiscal Objeto: visa a cobrança de IRPJ. O processo encontra-se suspenso em razão da interposição do mandado de segurança perante a 6ª vara da justiça federal em São Paulo.
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 40%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135.376/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade De São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.576,44 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	não há provisão
Processo Nº 135.387/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade De São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.293,84 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135.377/06	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2006
d) partes no processo	Municipalidade De São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R4 3.408,69 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135.380/06	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.715,17 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135.389/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.107,39 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil. Foi feita a perícia sendo favorável a nossa tese. Aguardando julgamento. Os embargos foram julgados procedentes afastando-se o ITBI.
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135.388/06	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2006
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.293,84 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti.houve citação, indicamos bens à penhora.a penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 105725/05	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2005
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 51.929,62 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil Os embargos foram julgados procedentes afastando-se o ITBI
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 105733/05	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2005
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.628,93 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135381/06	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2006
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou	R\$5.262,40 (12/2020)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	direitos envolvidos	
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti.houve citação, indicamos bens à penhora.a penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135379/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.564,71 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil. Foi feita a perícia sendo favorável a nossa tese. Aguardando julgamento. Os embargos foram julgados procedentes afastando-se o ITBI.
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135382/06		

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.515,75 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti.houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 105745/05		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2005
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.510,10 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 105739/05	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2005
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.797,89 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora, aguardando manifestação da Municipalidade de São Paulo.
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 105738/05	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2005
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 91.353,38 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti.houve citação, indicamos bens à penhora.
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 105742/05	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2005
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.692.523,94 (12/2020)
f) principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A municipalidade não aceitou os bens à penhora. Foi determinada a penhora on-line sobre ativos da empresa. A penhora foi realizada. Aderimos ao PPI da Municipalidade. O processo encontra-se arquivado. Entramos com petição solicitando o apensamento com a as outras execuções para julgamento conjunto.
g) chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135384/06	
a) juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2006
d) partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.427,18 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora.
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135378/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.306,73 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135390/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.519,43 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti.houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. .Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão
Processo Nº 135383/06		
a)	juízo	Vara Das Execuções Fiscais Municipais
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Municipalidade de São Paulo Ré: S/A Agro Industrial Eldorado
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.959,69 (12/2020)
f)	principais fatos	Objeto: execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente a conferência de bens da aliperti. Houve citação, indicamos bens à penhora. A penhora foi aceita. Apresentamos embargos. Foi determinada a realização de perícia contábil
g)	chance de perda	Probabilidade de ganho de 80%.
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se	Não há provisão

4.4 Processos não sigilosos relevantes

houver provisão	
-----------------	--

Processo: 1114029-81.2016.8.26.0100		
a)	juízo	34ª Vara Cível Do Foro Central
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2016
d)	partes no processo	Autor: Dea Maneo Pereira de Magalhaes Ré: Siderurgica J. L. Aliperti S/A
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 344.077,02
f)	principais fatos	Ação de cobrança decorrente de contrato de aluguel em que busca recebimento de alugueis em atraso e IPTU, bem como a obrigação de fazer para reparação dos danos causados ao imóvel. Em virtude da conexão com o processo nº 1111131-95.2016.8.26.0100, determinando a redistribuição dos autos para julgamento conjunto. Apresentada contestação. Apresentada Réplica. Requerida pela parte Ré a produção de prova testemunhal, documental e pericial. A autora informou não ter mais provas a produzir. Designada audiência de conciliação para 30/06/2016. Deferida a realização de prova pericial. Opostos embargos de declaração pela Ré. Conhecidos os embargos de declaração para determinar a citação do corréu Caetano Aliperti. Apresentada contestação pelo corréu. Apresentada réplica. Redesignada a audiência de conciliação para 14/05/2019. Termo de audiência juntado nos autos informando que restou infrutífera a conciliação. Laudo pericial juntado. Apresentada manifestação ao laudo pela Ré e pela Auotra. Apresentado esclarecimentos pelo perito. Autora peticionou requerendo o cancelamento do apontamento do aluguel e direito de preferência da Ré nas matrículas do imóvel. Juntado pedido de habilitação. Proferida decisão determinando o cancelamento da averbação do contrato de locação, feita nas matrículas nºs 216.603, 216.604, 216.605 e 216.606, do 1º Cartório

4.4 Processos não sigilosos relevantes

		de Registro de Imóveis da Comarca de Sorocaba. Encerrada a instrução processual e aberto prazo para apresentação de memoriais finais. Autora peticionou requerendo o aditamento do mandado para constar todas as matrículas desmembradas. Apresentada alegações finais pela Requerente e pela Requerida. Processo conclusos para decisão. Proferida decisão com conteúdo estranho aos autos. Proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido da autora para condenar a Siderúrgica Aliperti ao pagamento dos alugueres e encargos da locação (tributos incidentes sobre o imóvel + tarifas de consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto + outros encargos contratuais) até a data da efetiva entrega do imóvel, bem como multa contratual, correspondente ao valor de três alugueres, em razão de descumprimento e, ainda, a custear a reparação dos danos causados no imóvel constatados pelo perito judicial. Com relação a ação de consignação de chaves houve o julgamento em conjunto, a qual foi declarada procedente. Opostos embargos de declaração. Opostos embargos de declaração pela Requerente. Proferida decisão para manifestação sobre os embargos de declaração. Apresentada manifestação aos embargos de declaração opostos pela Autora.
g)	chance de perda	provável
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 1012152-22.2021.8.26.0004		
a)	juízo	24ª Vara Cível Do Foro Central
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2021
d)	partes no processo	Autor: Rmca Incorporacao e Planejamento Ltda

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ré: Hans Christian Somborn
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.763,89
f) principais fatos	Recebido cumprimento de sentença (improcedência da ação de falência), para providências. Acordo entabulado e protocolado em 21/03/2024, para extinção do processo e pagamento à vista (concedido desconto de 15%), correspondendo ao valor de R\$ 10.000,00 a ser realizado em 01/04/2024. Peticionamos nos autos requerendo a extinção da ação, ante a satisfação da obrigação. Peticionamos requerendo o desbloqueio dos valores constritos da conta bancária da Executada via Sisbajud. Proferida sentença julgando extinta a execução e determinando o levantamento dos valores bloqueados em face da executada.
g) chance de perda	provável
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 0104262-85.2006.8.26.0100	
a) juízo	24ª Vara Cível Do Foro Central
b) 1ª instância	
c) data de instauração	2021
d) partes no processo	Autor: Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. Ré: Diana S.m. Murão Cereais – M.E.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.763,89
f) principais fatos	Recebido cumprimento de sentença (improcedência da ação de falência), para providências. Acordo entabulado e protocolado em 21/03/2024, para extinção do processo e pagamento à vista (concedido desconto de 15%), correspondendo ao valor de R\$

4.4 Processos não sigilosos relevantes

		10.000,00 a ser realizado em 01/04/2024. Peticionamos nos autos requerendo a extinção da ação, ante a satisfação da obrigação. Peticionamos requerendo o desbloqueio dos valores constritos da conta bancária da Executada via Sisbajud. Proferida sentença julgando extinta a execução e determinando o levantamento dos valores bloqueados em face da executada.
g)	chance de perda	provável
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 0010460-31.1998.4.03.6100		
a)	juízo	4ª Vara Justiça Federal
b)	1ª instância	
c)	data de instauração	2006
d)	partes no processo	Autor: Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL) Ré: Siderurgica J. L. Aliperti S.A.
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.852.544,01 (obs. trata-se do valor indicado pela Fazenda Nacional em 02/2023).
f)	principais fatos	Cumprimento de Sentença proposto para cobrança de honorários de sucumbência devidos pela empresa. Em 24/01/2023, a empresa reiterou sua proposta de parcelamento da dívida.
g)	chance de perda	provável
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 11060.722872/2018-71

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a)	juízo	Processo Administrativo Fiscal
b)	Auto de Infração	Processo Administrativo Fiscal
c)	data de instauração	10/2018
d)	partes no processo	Autor: Delegacia da Receita Federal Ré: Siderurgica J. L. Aliperti S.A.
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.028.206,95 (o valor equivalente à perda provável é de aproximadamente R\$ 10.999.895,44)
f)	principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração lavrados em face da Siderúrgica Aliperti para a cobrança de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), acrescidos de multas punitivas e juros de mora. No entendimento da Fiscalização, a Siderúrgica Aliperti teria: (A) excluído, equivocadamente, da sua receita bruta, valores auferidos a título de crédito-prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"); (B) deixado de comprovar, mediante documentação hábil e idônea, despesas deduzidas; (C) realizado pagamentos a pessoas jurídicas sem que fosse realizada a devida retenção de IRRF; (D) distribuídos lucros para diretores sem quem fossem submetidos à retenção do IRRF; (E) pago a maior parte da remuneração da sua Diretoria e do Conselho de Administração de maneira fraudulenta, por meio da contratação de pessoas jurídicas; e (F) deduzido de forma fraudulenta notas fiscais de despesas inidôneas e de pagamentos sem causa realizados a terceiros.</p> <p>Em 11/10/2018, foram lavrados os Autos de Infração. Em 19/11/2018, foram apresentadas as Impugnações. Em 25/04/2019, foi proferido o Acórdão nº 04-48.375, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, por meio do qual a Impugnação foi julgada improcedente. Em 05/06/2019, foram interpostos Recursos Voluntários em face do Acórdão nº 04-48.375. Em 25/06/2019, os autos deram entrada no</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	CARF, para julgamento do Recurso Voluntário. Em 31/12/2023, não houve novos andamentos.
g) chance de perda	provável
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 1001073-23.2020.5.02.0029	
a) juízo	29ª Vara do Trabalho de São Paulo
b) 1ª instância	
c) data de instauração	06/10/2020
d) partes no processo	Autor: Sebastiao Alves de Oliveira Ré: Siderurgica J L Aliperti S.A, S.A Agro Industrial Eldorado
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23.862,31
f) principais fatos	Autos distribuídos em 05/10/2020. Em 01/03/2021, foi apresentada contestação pelas Rés. Em 20/07/2021, foi realizada audiência, em que restaram as partes inconciliadas, bem como restou redesignada a audiência de instrução para 02/12/2021 às 15h15 minutos. Em 02/12/2021, foi realizada audiência de instrução em que restou colhido o depoimento do preposto e das testemunhas do Reclamante e da Reclamada, encerrando-se a instrução. Em 06/12/2021 foram apresentadas razões finais pelas Rés. Em 17/12/2021, foi proferida Sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos do Reclamante. Em 28/12/2021, foi interposto Recurso Ordinário pelo Reclamante. Em 20/07/2022, foi apresentadas contrarrazões ao Recurso Ordinário, pelas Rés. Em 22/06/2022, foi proferido Acórdão acolhendo a preliminar de nulidade apontada pela Procuradoria Regional do Trabalho para reabrir a instrução processual. Em 26/07/2022, foi proferido despacho designando audiência para 23/11/2022 às 15h15. Em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>23/11/2022, foi realizada audiência de instrução onde restou colhido o testemunho de Creuza Roque, bem como restou redesignada audiência de instrução para 14/12/2022. Em 06/12/2022, após parecer do MPT, foi proferido despacho determinando o encerramento da instrução processual. Em 09/12/2022, foram apresentadas razões finais pelas partes. Em 19/12/2022, foi proferida Sentença julgando parcialmente procedente os pedidos do Reclamante. Em 19/01/2023 foi interposto Recurso Ordinário pelo Reclamante. Em 23/01/2023, o MPT opôs Embargos de Declaração. Em 31/01/2023, foi apresentada contrarrazões ao Recurso Ordinário do Reclamante, pelas Rés. Em 23/02/2023 foi proferida Sentença de Embargos de Declaração do MPT, dando provimento aos mesmos para sanar omissão. Em 23/05/2023, foi proferido Despacho determinando a remessa dos autos para o MPT para manifestação. Em 05/06/2023, foi apresentado parecer pelo MP. Em 07/06/2023, foi determinada a remessa dos autos à conclusão para o Desembargador Relator julgar. Em 30/06/2023, foi proferido Acórdão negando provimento ao Recurso do Reclamante, mantendo a sentença pelos próprios fundamentos. Os autos retornaram à 1ª instância para prosseguimento. Em 17/08/2023 o Reclamante apresentou cálculos de liquidação. Após a Reclamada impugnar os cálculos do Reclamante, foi publicado despacho, em 26/09/2023, determinando que o Reclamante se manifeste sobre a impugnação da Reclamada, se mantida a divergência os autos serão remetidos ao perito contábil. Em 24/04/2024, foi publicada Sentença de Liquidação, homologando os cálculos apresentados pela 1ª Reclamada (Siderúrgica Aliperti) por estarem corretos, bem como, intimando as Reclamadas para pagamento do valor homologado pelo juízo atualizado até a data do efetivo pagamento, cujo prazo findará em 02/05/2024.</p>
g)	<p>chance de perda provável</p>
h)	<p>análise do impacto</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 0110400-31.2000.5.02.0057	
a) juízo	57ª Vara do Trabalho de São Paulo
b) 1ª instância	
c) data de instauração	15/12/2019
d) partes no processo	Autor: Sinezio Monteiro Ré: Siderurgica J L Aliperti S.A
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.164,00 (09/2002)
f) principais fatos	Em 15/012/2019, foi aberta a liquidação. Em 11/05/2022, foram juntados os autos digitalizados. Autos aguardando intimação do Exequente para apresentação de meios de prosseguimento..
g) chance de perda	provável
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 0091200-63.1987.5.02.0002	
a) juízo	2ª Vara do Trabalho de São Paulo
b) 1ª instância	
c) data de instauração	05/05/1987
d) partes no processo	Autor: Sind Trab Ind Metal e Mec e Mat Elétricos de SP (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Eletrônico de São Paulo, Mogi das Cruzes - SP) Ré: Siderurgica J L Aliperti S.A ,Caetano Aliperti, Ciro Aliperti Junior, Jose Luiz Aliperti Neto

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000,00
f)	principais fatos	Autos distribuídos em 05/05/1987. Em 13/12/2019 houve a abertura da liquidação. Em 05/03/2021, foi juntado aos autos certidão de objeto e pé, informando que havia pendência de manifestação dos Reclamantes. Em 20/04/2021, o Reclamante Cezário Perez Villa Maior indicou dados bancários para transferência de valores inerentes à recolhimentos previdenciários. Em 23/11/2021, determinou-se a remessa dos autos ao arquivo, uma vez que intimado, o Reclamante não indicou dados pessoais para prosseguimento da liberação de valores. Em 07/06/2023, foi juntado nos autos certidão de objeto e pé. Em 21/06/2023, foi proferido despacho determinando o sobrestamento do feito. Em 22/06/2023, foi juntado nos autos petição de habilitação pelo Sindicato. Na mesma data, foi apresentada manifestação pelo Sindicato requerendo seja expedido ofício ao CAGED e ao INSS em face dos sócios Executados para prestarem informações sobre a atividade remunerada ou se são aposentados, para responsabilização. Em 21/08/2023 foi publicada decisão determinando a suspensão do feito. Em 06/11/2023 foi protocolada manifestação do Reclamante requerendo prosseguimento. Em 12/12/2023 foi publicado despacho intimando o Reclamante a indicar meios de prosseguimento da execução. Em 28/02/2024, o Autor se manifestou requerendo a expedição de ofício para o INSS. Em 05/03/2024 foi exarado Despacho, ainda não publicado, deferindo a expedição de ofício para o INSS a fim de se averiguar existência de vínculo empregatício em nome dos executados. Em 10/04/2024, foram expedidos odícios ao INSS solicitando sobre informações sobre a existência de benefícios previdenciários dos executados: Caetano Aliperti, Ciro Aliperti Junior e José Luiz Aliperti Neto.
g)	chance de perda	provável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 1000381-47.2024.5.02.0073	
a) juízo	73ª Vara do Trabalho de São Paulo
b) 1ª instância	
c) data de instauração	13/03/2024
d) partes no processo	Autor: Gabriel Silva Viana Ré: Comercio de Pneus Team Eireli e Guarda Max Armazéns Gerais Ltda.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.046,65
f) principais fatos	Em 13/03/2023 foi distribuída a ação com designação de audiência UNA para 11/06/2024, às 09h55. No momento aguarda-se audiência.
g) chance de perda	provável
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

Processo: 11060.722234/2018-51	
a) juízo	Processo Administrativo Fiscal
b) instância	Processo Administrativo Fiscal
c) data de instauração	06/2018
d) partes no processo	Autor: Delegacia da Receita Federal Ré: Siderurgica J. L. Aliperti S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.508.046,66

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f)	principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração lavrados em face da Siderúrgica Aliperti para a cobrança de crédito tributário relativo ao IOF, acrescido de juros de mora e multa de ofício, referente ao período de apuração compreendido entre os anos-calendários de 2013 e 2016. No entendimento das Autoridades Fiscais, as operações de crédito realizadas pela Companhia, na forma de AFAC, seriam, na verdade, empréstimos (operações de mútuos) entre as empresas do Grupo, nos quais incidiria o IOF.</p> <p>A Fiscalização alegou, também, que o aumento de capital propriamente dito (AFAC) foi realizado apenas pela empresa Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., em janeiro/2016, fato que corrobora ao lançamento fiscal em referência. Ademais, no que se refere ao adiamento no valor de R\$ 4.000.000,00, pago pela Contribuinte ao escritório Advocacia Eduardo Milreu, a Fiscalização entendeu que esse valor também seria considerado como operação de crédito e, portanto, sujeita à incidência do IOF.</p> <p>Em 01/08/2018, foram lavrados os Autos de Infração. Em 03/09/2018, foi apresentada a Impugnação. Em 25/04/2019, foi proferido o Acórdão nº 04-48.374, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, por meio do qual a Impugnação foi julgada improcedente. Em 27/05/2019, foi interposto Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 04-48.374. Em 17/06/2019, os autos deram entrada no CARF, para julgamento do Recurso Voluntário. Em 31/12/2023, não houve novos andamentos.</p>
g)	chance de perda	possível
h)	análise do impacto em caso de perda do processo	
i)	valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 11060.722217/2018-13		
a)	juízo	Processo Administrativo Fiscal
b)	instância	Processo Administrativo Fiscal
c)	data de instauração	06/2018
d)	partes no processo	Autor: Delegacia da Receita Federal Ré: Siderurgica J. L. Aliperti S.A.
e)	valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.452.352,52
f)	principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração lavrados em face da Siderúrgica Aliperti para a cobrança de crédito tributário relativo às Contribuições ao PIS e à COFINS, acrescido de juros de mora e multa de ofício, referentes ao período de apuração compreendido entre os anos-calendários de 2013 e 2016. No entendimento das Autoridades Fiscais, a Companhia teria omitido receitas sujeitas à tributação pelo PIS/COFINS, mais especificamente as receitas de serviços contabilizadas nas seguintes contas de resultado: “Receitas de Serviço” (146232), “Arrendamento - Açominas” (92641) e “Locação de Bens Imóveis” (43989).</p> <p>Em 01/08/2018, foram lavrados os Autos de Infração. Em 04/09/2018, foi apresentada a Impugnação. Em 25/04/2019, foi proferido o Acórdão nº 04-48.373, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, por meio do qual foi dado provimento à Impugnação, para exonerar o crédito tributário lançado. Em 15/08/2019, foi proferido o Despacho nº 5.109, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo/SP em face do Acórdão de Impugnação. Em 21/10/2019, os autos deram entrada no CARF, para julgamento do Recurso de Ofício. Em 20/04/2023, os autos foram remetidos à Divisão de</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Sorteio e Distribuição da Coordenação de Gestão do Acervo de Processos do CARF – DISOR-CEGAP-CARF-CA01 Em 31/12/2023, não houve novos andamentos.
g) chance de perda	possível
h) análise do impacto em caso de perda do processo	
i) valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes



4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4:

Processos de natureza tributária:

A Companhia revisitou a estimativa de provisionamento dos processos de natureza tributária e provisionou, com base na estimativa de perda como risco provável, conforme posição dos assessores jurídicos o montante de R\$ 22.781 MM *versus* R\$ 56.932 MM em 31 de dezembro de 2023.

Processos de natureza trabalhista:

Para os processos classificados como de perda provável, a provisão totaliza o montante de R\$ 0,00 frente a R\$ 3.173 MM em 2023,, levando-se em consideração a base de informações dos assessores jurídicos, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Processos de natureza cíveis:

A Companhia estima que os processos classificados como de perda provável, em conformidade com as informações dos assessores jurídicos, o montante de R\$ 4.732 MM *versus* R\$ 4.276 MM em 2023.

Contingências Ambientais:

O valor não apresentou alteração do ano de 2023 para o ano de 2024, mantendo-se provisionado em R\$ 5.991 MM.

4.6 Processos sigilosos relevantes



4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

A Companhia não possui processos sigilosos.

4.7 Outras contingências relevantes



4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Todas as contingências relevantes já foram abrangidas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A empresa não possui uma política de gerenciamento de riscos e controles internos formalizada através de órgãos de administração ou comitês, considerando a paralização das atividades industriais e a simplificação das operações entende que não é preponderante tal medida.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção**
- ii. os instrumentos utilizados para proteção**
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Não se aplica para todos os questionamentos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica pelos motivos expostos nos itens “a” e “b”.

5.2 Descrição dos controles internos



5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos envolvem as seguintes atribuições:

- a) Responsabilidade: definição clara e objetiva das atribuições de cada empregado, com vistas a assegurar que todos os procedimentos da empresa serão cumpridos, evitando e detectando possíveis erros, bem como identificando as responsabilidades por eventuais omissões na realização das atividades.
- b) Rotinas internas: definição das rotinas de controles internos. As rotinas compreendem: formulários internos e externos, evidências das execuções dos procedimentos de controle e dos procedimentos internos.
- c) Segregação de funções: consiste em estabelecer que um empregado não deva atuar em todas as etapas de um processo, de modo a se reduzir o risco de erros, fraudes e conflito de interesses.
- d) Confronto dos ativos com os registros: definição de procedimentos em que as operações sob a responsabilidade de um empregado sejam sempre confrontadas com os registros da contabilidade.
- e) Auditoria interna: setor responsável pela verificação dos controles internos.
- f) Auditoria externa.
- g) Consultorias externas.

O nível de controle tem-se demonstrado adequado, não tendo sido verificadas falhas significativas de operação.

Quando detectada alguma falha nos procedimentos são adotadas medidas de correção, de acordo com a falha ocorrida, e revistas as práticas de controle.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O setor financeiro executa diariamente conciliações das contas bancárias e dos pagamentos e recebimentos efetuados, elaborando relatórios diários submetidos ao Conselho de Administração. Os pagamentos são efetuados observando-se as diretrizes do Conselho de Administração quanto aos valores de alçada definidos.

O setor fiscal faz a validação das notas fiscais emitidas por fornecedores e também das notas fiscais emitidas pela Companhia, conferindo os impostos.

O setor contábil efetua a contabilização e conciliação mensal das contas verificando sua consistência e emitindo relatórios que são submetidos à diretoria e ao Conselho de Administração em reuniões mensais de avaliação. Os relatórios são elaborados por empresa de consultoria financeira que verifica a existência de possíveis desvios em relação ao orçamento.

Trimestralmente os resultados são auditados por empresa de auditoria independente, além do

5.2 Descrição dos controles internos



Comitê Interno de Auditoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração do emissor supervisiona a eficiência dos controles internos através do acompanhamento efetuado pelo Comitê de Auditoria Interno e através da auditoria externa.

Mensalmente, a empresa de consultoria financeira apresenta os resultados de forma detalhada para a diretoria e para o conselho de administração, oportunidade em que são analisados detalhadamente os números apresentados. Caso seja apontado algum desvio, os procedimentos internos são revisitados.

Todos os gastos acima de determinado valor, devem ser previamente submetidos ao Conselho de Administração para aprovação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Anualmente os auditores independentes efetuam um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo são comunicadas à administração da Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais. Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro, não representam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

De acordo com a avaliação da administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras e estão sendo adotadas medidas para implementar tais recomendações.

5.3 Programa de Integridade



5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

5.3 Programa de Integridade



iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Além das determinações fixadas pelo conselho de administração para os procedimentos a serem observados, a Companhia e suas controladas não possuem Programa de Integridade.

Não foram detectados atos ilícitos, desvios ou fraudes contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas



5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as informações de relevância foram demonstradas nos tópicos acima.

5.5 Outras informações relevantes



5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes já foram apresentadas.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANA REGINA ALIPERTI					
086.062.118-93	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
645	10,172	916	6,376	1.561	7,538
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	645	12.890	10.172	3.115	
Preferencial Classe A	916	12.539	6.376	4.423	
CAETANO ALIPERTI					
634.798.008-82	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
1.015	16,007	2.383	16,587	3.398	16,409
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	1,015	20.284	16.007	4.901	
Preferencial Classe A	2,383	32.621	16.587	11.508	
JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO					
563.355.988-68	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
1.014	15,991	2.384	16,594	3.398	16,409
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	1,014	20.264	15.991	4.897	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO						
563.355.988-68	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025		
Não						
1.014	15,991	2.384	16,594	3.398	16,409	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe A	2,384	32.635	16.594	11.512		
S/C Joal Empreendimentos e Participações Ltda						
46.361.630/0001-92	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025		
Não						
2.330	36,745	1.242	8,645	3.572	17,249	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	2,330	46.563	36.745	11.252		
Preferencial Classe A	1,242	17.002	8.645	5.998		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	380	2,645	380	1,835	
OUTROS						
1.337	21,085	7.062	49,154	8.399	40,559	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TOTAL						
6.341	100,000	14.367	100,000	20.708	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S/C Joal Empreendimentos e Participações Ltda				46.361.630/0001-92	
ANA REGINA ALIPERTI					
086.062.118-93	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
27	19,149	0	0,000	27	19,149
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	27	19.149	19.149	19.149	
CAETANO ALIPERTI					
634.798.008-82	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
57	40,426	0	0,000	57	40,426
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	57	40.426	40.426	40.426	
JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO					
563.355.988-68	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
57	40,426	0	0,000	57	40,426
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	57	40.426	40.426	40.426	
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
S/C Joal Empreendimentos e Participações Ltda				46.361.630/0001-92		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
141	100,000	0	0,000	141	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	7
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	6.250	98,565%
Quantidade preferenciais	12.345	85,926%
Total	18.595	89,796%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda	23.372.927/0001-58	99,99
Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda	52.139.177/0001-77	99,93
RMCA Incorporação e Planejamento Ltda	51.947.265/0001-32	60,33
S/A Agro Industrial Eldorado	61.288.874/0001-80	99,81

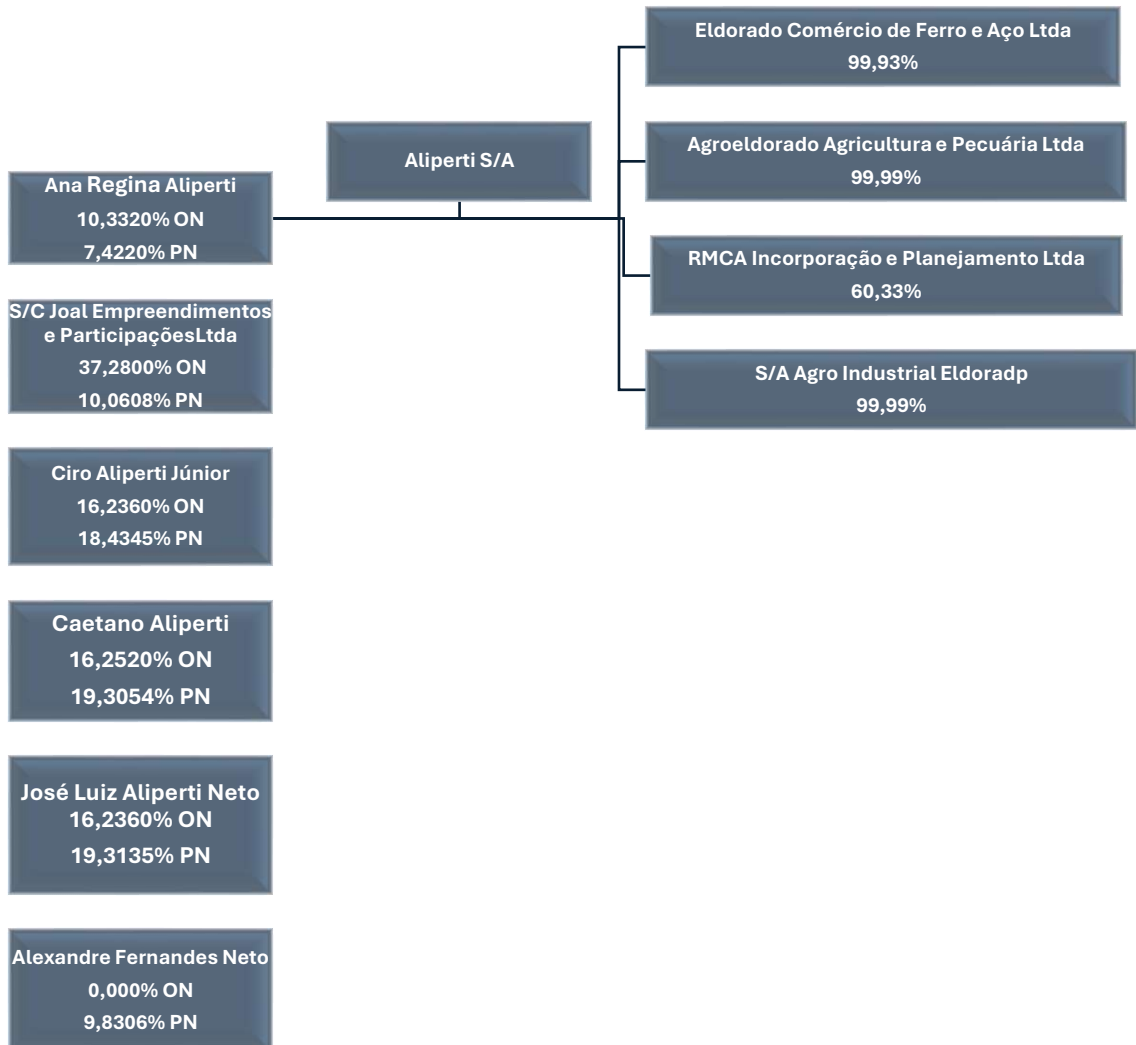
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes



5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes já foram apresentadas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia Geral e Administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. **principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Não há política específica de indicação e preenchimento de cargos.

b. **se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

i.a **periodicidade das avaliações e sua abrangência**

ii. **metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

iii. **se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos órgãos ou comitês que compõem a estrutura administrativa da Companhia.

c. **regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Não há política específica de identificação e administração de conflitos de interesses.

d. **por órgão:**

i. **número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**

ii. **número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**

iii. **número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

***Quantidade de membros por declaração de gênero**

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração Efetivos	1	3	0	0	0
Conselho de Administração Suplentes	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0
Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder

* Quantidade de membros por declaração de cor e raça

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há política específica e/ou objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração 92,777.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia e as empresas do grupo observam a legislação ambiental no tocante à manutenção e conservação de reserva legal e preservação permanente em suas áreas rurais.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	1	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 14	3	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 14	0	14	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 14	0	14	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração



7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. **órgãos e comitês permanentes que se reportem ao Conselho de Administração**

- Comitê de Auditoria Interno
- Diretoria

b. **de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extrauditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A avaliação do trabalho de auditoria independente ocorre através dos relatórios de auditoria apresentados trimestralmente e anualmente, previamente antecedidos de reuniões para discussão dos temas de maior relevância e abordagem dos pontos corretivos, se e quando aplicáveis.

A política de contratação de serviços de auditoria independente obedece às determinações da legislação vigente.

O auditor independente a ser contratado pela Companhia deve possuir conhecimento e qualificação técnica apropriados para a realização dos serviços a serem prestados.

A escolha e a destituição dos auditores independentes para a prestação dos serviços de auditoria cabe ao Conselho de Administração.

c. **se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Não se aplica.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome ALEXANDRE RALF SLAVIC **CPF:** 182.787.488-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 18/04/1974

Experiência Profissional: Experiência de mais de 30 anos em trabalhos de auditoria e consultoria em empresas nacionais e internacionais de diversos ramos de atividade.. Além disso, sou instrutor de treinamentos, cursos e palestras na area de auditoria e contabilidade e conselheiro fiscal de companhia de capital aberto.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome ANA RAFAELLA ALIPERTI DE MORAES **CPF:** 386.877.898-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 23/06/1995

Experiência Profissional: Empresária, com desenvolvimento em marcas, estrutura financeira e contábil, gestão de empresas limitadas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome ANDRE ALIPERTI **CPF:** 213.808.498-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 14/07/1989

Experiência Profissional: Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica, declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspensa ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A Não há

Nome CELIO DE MELO ALMADA NETO **CPF:** 255.588.078-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 03/06/1976

Experiência Profissional: Bacharel em direito pelas Faculdades Matropolitanas Unidas em 1998, sócio da Melo Almada Advogados Associados, membro do Conselho de Administração da Bombril S/A. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspensa ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome DANNYEL SPRINGER MOLLIET **CPF:** 156.980.168-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/10/1972

Experiência Profissional:

- Formação escolar: Colégio Mackenzie, concluída em dezembro de 1991
- Graduação: Direito pela Universidade Paulista, concluída em dezembro 1996
- Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo, sob nº 147.509
- Extensão universitária pela Universidade Mackenzie em Direito Empresarial 1997/1998.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	6 meses	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome FREDERICO ANTONIO OLIVEIRA DE REZENDE **CPF:** 268.584.578-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 27/10/1978

Experiência Profissional: Advogado e administrador judicial; sócio fundador da F. Rezende Consultoria e Administração Judicial e RLG Adm Judicial Ltda, com sólida experiência na atuação de processos de insolvência há mais de 25 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	6 meses	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome GUILHERME SILVAROLLI ALPERTI **CPF:** 456.285.168-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 26/05/1999

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme Silvarolli Aliperti possui aproximadamente 10 anos de experiência em cargos estratégicos e diretivos de empresas do mercado financeiro e de capitais, atuando com Operações Estruturadas, M&A, Reestruturação Empresarial e Financeira, Governança Empresarial e Análise de Investimentos, com conhecimentos avançados em Contabilidade Gerencial. Durante sua trajetória profissional exerceu cargos de liderança em empresas como InFinance Insper, Auera, Fixed Income Trader, IGC Partners, Cainvest Internacional, atuando, ainda, como membro de Conselhos de Administração em Companhia Aberta. Possui formação de Engenharia da Computação pelo Insper. É Fluente em Inglês e Espanhol. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome GYEDRE PALMA CARNEIRO DE OLIVEIRA **CPF:** 260.137.218-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 13/09/1974

Experiência Profissional: Advogada especializada em Direito Societário, Fusões e Aquisições (M&A) e Mercado de Capitais, além de sócia fundadora de escritório de advocacia. Também atua como conselheira em órgão do sistema financeiro nacional.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome JOSELAINÉ CRISTINA BUENO **CPF:** 277.809.528-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 16/01/1980

Experiência Profissional: Executiva com 25 anos em cargos de gestão de companhias abertas e fechada, mestre em direito constitucional, atuando em mercado financeiro e de capitais, M&A, Governança Corporativa e compliance.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2024	3 anos	Diretor de Relações com Investidores		14/05/2024		14/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A Não há

Nome MARCELO LAMANNA DE CAMPOS MAIA DORIA **CPF:** 266.544.488-71 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 13/06/1977

Experiência Profissional: Ampla vivência como público de alto luxo, tanto no desenvolvimento e gestão de incorporações imobiliárias como executivo quanto na atuação jurídica. Experiência executiva na gestão de equipes administrativas, comerciais e jurídicas. Advogado com forte atuação empresarial, incluindo gestão de equipes internas e escritórios externos, estruturação societária e contratual, atuação em litígios complexos cíveis, societários e penais empresariais, com experiência em arbitragem (CCBC e AMCHAM), além de elaboração de pareceres jurídicos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2026		22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome MAURICIO MARINI **CPF:** 295.433.798-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 26/08/1982

Experiência Profissional: Contador com 20 anos de experiência nas áreas contábil, financeira e patrimonial, com sólida atuação em gestão em gestão administrativa e estratégica em empresas de diferentes segmentos

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		30/04/2026		22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome PAULO ROSENTHAL **CPF:** 180.065.488-03 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 30/03/1975

Experiência Profissional: Sócio fundador com vasta experiência em Direito Empresarial, com destaque em Direito Tributário, acumulando mais de duas décadas de atuação na assessoria a empresas. Possui um histórico comprovado em posições de liderança jurídica em importantes associações e federações, demonstrando expertise em contencioso e consultoria, bem como em relações governamentais e normativas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome VALÉRIO DALLA VALLE **CPF:** 029.525.298-76 **Passaporte:** YB9835748 **Nacionalidade:** Italiano **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 08/12/1961

Experiência Profissional: Executivo com ampla experiência em gestão de empresas nacionais e multinacionais, de capital aberto e fechado, de diferentes seguimentos, como Energia, Oléo e Gás, Incorporação, Industrial, Logística e Serviços. Sólida vivência em Governança Corporativa e

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2024	3 anos	Diretor Presidente / Superintendente		13/05/2024		13/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome VICTOR SARFATIS METTA **CPF:** 222.869.098-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 08/11/1981

Experiência Profissional: Advogado e sócio do escritório Rosenthal e Sarfatis Metta Advogados desde 2005, tendo ingressado como estagiário em 2003, atuando nas áreas societária, contratual e especialmente na área tributária, tanto consultiva quanto contenciosa.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Não há

7.4 Composição dos comitês

Nome: DANIEL BETTI MACEDO DO LAGO **CPF:** 291.279.848-50 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico e Auditor **Data de Nascimento:** 03/07/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Daniel Betti Macedo do Lago possui mais de 25 anos de experiência em consultoria de gestão empresarial, com atuação em mais de 150 projetos em diversos setores e países, incluindo Brasil, EUA, México, Argentina, Chile, Portugal, Espanha, Dinamarca, Venezuela, Cabo Verde e China. Seu foco principal está na implementação de metodologias de gestão para aumento da rentabilidade em PME's e grandes empresas, com expertise em Governança Empresarial, Turnaround, Recuperações Judiciais, Planejamento de Negócios, Análise de Investimentos, Negociação de Linhas de Financiamento, Gestão Econômica, Financeira e Operacional, além de processos de Fusões e Aquisições (M&A). Atua também como conselheiro empresarial. Ao longo da carreira, exerceu cargos estratégicos e de liderança em empresas como RG5, Setec Consulting Group, Grupo ABS e ABS Europa, além de experiência anterior em Bull do Brasil e Shell do Brasil. Destacam-se suas responsabilidades na definição de estratégias corporativas, gestão de operações, direção de projetos e coordenação de unidades de negócio. Possui formação de Mestre (MSc.) em Administração de Empresas pelo INSPER, MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela FGV, e graduação em Engenharia Mecânica pela UNICAMP. É fluente em inglês, italiano e espanhol, com conhecimentos avançados em contabilidade gerencial e Lean Seis Sigma. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Coordenador)	05/11/2025	2 anos			05/11/2025	05/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome: GUILHERME SILVAROLLI ALPERTI **CPF:** 456.285.168-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 26/05/1999

Experiência Profissional:

O Sr. Guilherme Silvarolli Aliperti possui aproximadamente 10 anos de experiência em cargos estratégicos e diretivos de empresas do mercado financeiro e de capitais, atuando com Operações Estruturadas, M&A, Reestruturação Empresarial e Financeira, Governança Empresarial e Análise de Investimentos, com conhecimentos avançados em Contabilidade Gerencial. Durante sua trajetória profissional exerceu cargos de liderança em empresas como InFinance Insper, Auera, Fixed Income Trader, IGC Partners, Cainvest Internacional, atuando, ainda, como membro de Conselhos de Administração em Companhia Aberta. Possui formação de Engenharia da Computação pelo Insper. É Fluente em Inglês e Espanhol. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/2025	2 anos			05/11/2025	05/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome: MAURICIO DE ARAÚJO **CPF:** 113.268.008-50 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 08/08/1971

Experiência Profissional:

O Sr. Maurício de Araújo possui experiência há mais de 30 anos na área contábil, controladoria e financeira, atuando em diversas empresas do setor financeiro, das quais se destacam: Comercial Corretora de Valores; SLW Corretora Valores; SLW ADM Seguros; Magliano Corretora de Valores; Texas Aircraft Brasil Ind.Com Aero Ltda.; EFFORTS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS. Participou da estruturação dos seguintes IPO's: Brasilagro Propriedade Agrícolas (2006); Arezzo Ind e Com (2007); Tarpon Investimentos (2007); BM&F – Bovespa (2007); Brenco Energia Renovável (2008); Omega Energia Renovável (2009); Brasil Travel Turismo (2012), além de atender companhias do segmento de energia (comercializadoras ou geradora)s tais como: GreenYellow, Capitale, Patria, Delta, tendo participado, diretamente, da estruturação contábil de empresas deste mesmo setor: OMEGA ENERGIA e GD Solar. Seus serviços de assessoria contábil, controladoria e financeira, se estendem pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Santos e Curitiba. Atua como Consultor e Conselheiro em empresas de capital aberto. Possui formação em Contabilidade (SENAC) e Administração de Empresas (Universidade São Judas Tadeu). Inglês Fluente. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/2025	2 anos			05/11/2025	05/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de parentesco com o conselho administrativo, no entanto, Ana Rafaela é filha da membro do Conselho de Administração Ana Regina Aliperti

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

N/A

7.7 Acordos/seguros de administradores



7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui apólice de seguros D&O que cobre reparação de danos suportados pelos diretores ou conselheiros de administração em virtude do exercício de suas funções.

7.8 Outras informações relevantes



7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes já foram apresentadas.

8.1 Política ou prática de remuneração



8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do comitê de auditoria é baseada nas melhores práticas de mercado, não havendo qualquer benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia visa remunerar os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do comitê de auditoria pelos serviços prestados à Companhia, sendo aprovada pela Assembleia Geral anualmente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Após aprovada a remuneração global dos administradores pela assembleia geral de acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração da Companhia, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte, bem como a necessidade de alinhamento de interesses entre os administradores, Companhia, atratividade e o potencial de retenção para seus administradores.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração



c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; e (ii) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. O montante é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Comitê de Auditoria

A remuneração do Comitê de Auditoria é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia podem fazer jus a remuneração fixa levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Conselho de Administração

Em relação ao Conselho de Administração, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 68,97% (sessenta e oito inteiros e noventa e sete centésimos por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 52% (cinquenta e dois por cento) da remuneração total.

Ja no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, correspondeu a 43% (quarenta e três por cento) da remuneração total.

8.1 Política ou prática de remuneração



Comitê de Auditoria

Nos três últimos exercícios sociais, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 0% (zero por cento) da remuneração total.

Diretoria Estatutária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 31,03% (trinta e um inteiros e três centésimos por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 48% (quarenta e oito por cento) da remuneração total.

Em relação à Diretoria, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 57% (cinquenta e sete por cento) da remuneração total.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração dos administradores da Companhia é definida levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) a garantir a competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iii) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

8.1 Política ou prática de remuneração



e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	1.500.000,00		1.980.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	480.000,00	1.500.000,00		1.980.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	624.000,00	576.000,00		1.200.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	624.000,00	576.000,00		1.200.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	314.400,00		794.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	HONORÁRIOS			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	NÃO HÁ			
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	NÃO HÁ			
Total da remuneração	480.000,00	314.400,00		794.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	600.000,00		1.080.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	480.000,00	600.000,00		1.080.000,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações



8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. data de aprovação e órgão responsável
- c. número máximo de ações abrangidas
- d. número máximo de opções a serem outorgadas
- e. condições de aquisição de ações
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h. forma de liquidação
- i. restrições à transferência das ações
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício variável.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações



8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. **órgão**
- b. **número total de membros**
- c. **número de membros remunerados**
- d. **data de outorga**
- e. **quantidade de opções outorgadas**
- f. **prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. **prazo máximo para exercício das opções**
- h. **prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. **valor justo das opções na data da outorga**
- j. **multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto**8.7 Opções em aberto**

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de opções de compra de ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues



8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de opções de compra de ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações



8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração baseada em ações.

8.10 Outorga de ações**8.10 Outorga de ações**

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00		
Nº de membros remunerados	4,00		
Nº de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00		
Nº de membros remunerados	4,00		
Nº de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções



8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração baseada em ações.

8.13 Participações detidas por órgão**8.13 Participações detidas por órgão**

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, detida por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data de encerramento do exercício social de 2023:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração ¹	39	0,002%
Diretoria ²	0	0

¹ Inclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

² Exclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

8.14 Planos de previdência



8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. **órgão**
- b. **número total de membros**
- c. **número de membros remunerados**
- d. **nome do plano**
- e. **quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. **condições para se aposentar antecipadamente**
- g. **valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. **valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. **se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,00	2,00	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneraçãoReal	35.000,00	24.000,00	10.000,00	13.000,00	10.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	30.000,00	12.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	30.000,00	12.000,00	10.000,00	11.500,00	10.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização



8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2024	0%	0%	0%	0%
2023	0%	0%	0%	0%
2022	0%	0%	0%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções**8.18 Remuneração - Outras funções**

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Competência	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2025	624.000,00	1.356.000,00	0,00	1.980.000,00
2024	624.000,00	576.000,00	0,00	1.200.000,00
2023	624.000,00	576.000,00	0,00	1.200.000,00
2022	480.000,00	216.000,00	0,00	696.000,00

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes



8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes foram demonstradas nos tópicos acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010880		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
SAX AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES - ME	Juridica	09.253.880/0001-82	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
02/06/2020	02/06/2020		
Descrição dos serviços prestados			
AUDITORIA INDEPENDENTES			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante pela revisão completa das demonstrações contábeis da companhia e suas controladas será de R \$134.879,00 (cento e trinta mil e quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais).			
Justificativa da substituição			
NÃO HÁ			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
NÃO HÁ			

Código CVM do Auditor	011320		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
GF AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	10.448.113/0001-08	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
07/05/2025	01/01/2025		
Descrição dos serviços prestados			
Prestação de serviços de auditoria independente, nos termos da Resolução CVM nº 23/2021			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
R\$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)			
Justificativa da substituição			
Cumprimento ao disposto no artigo 28 da Resolução CVM nº 23/2021.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores



9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não há.

9.4 Outras informações relevantes



9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram devidamente apresentadas.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	1	1	0	0	0
Não-liderança	0	4	0	0	0
TOTAL = 6	1	5	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	2	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	4	0	0	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	1	1
Não-liderança	0	3	1
TOTAL = 6	0	4	2

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	0	2	0
Não-liderança	2	2	0
TOTAL = 6	2	4	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	2	0	0
Não-liderança	0	0	0	4	0	0
TOTAL = 6	0	0	0	6	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	1	5	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 6	1	5	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	6	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	4	2
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 6	0	4	2

10.1 Descrição dos recursos humanos



10.1 A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefero não responder
Liderança	1	1	0	0	0
Não-liderança	0	7	0	0	0
TOTAL	1	8	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Liderança	0	2	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	6	1	0	0	0	0
TOTAL	0	8	1	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	1	1
Não-liderança	0	3	4
Total	0	4	5

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa S/ Deficiência	Prefero Não Responder
Liderança	0	2	0
Não-liderança	2	5	0
Total	2	7	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	2	0	0
Não-liderança	0	0	0	7	0	0
TOTAL = 53	0	0	0	9	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos



Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	1	8	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL	1	8	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	8	1	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	1	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	6	3
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total	0	6	3

10.1 Descrição dos recursos humanos**10.1 Descrição dos recursos humanos****10 Recursos Humanos****10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem

- i. identidade autodeclarada de gênero**
- ii. identidade autodeclarada de cor ou raça**
- iii. faixa etária**
- iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes**
- b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)**
- c. índice de rotatividade**

A matriz está localizada na capital de São Paulo, no bairro da Água Funda.

Demonstrativo Quadro de Funcionários				
	Identidade autodeclarada de gênero	Identidade autodeclarada de cor ou raça	Localização geográfica	Total
Número de Funcionários São Paulo	9	9	9	9
Número de terceirizados	0	0	0	0

	Quantidade	Índice de rotatividade
Administrativo	2	0,00%
Manutenção Predial	2	0,00%
Segurança Patrimonial	5	0,00%

10.1 Descrição dos recursos humanos



Vendas	0	0,00%
Total	9	0,00%

*Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não Binário	Outros	Prefere Não Responder
Liderança	1	1	0	0	0
Não Liderança	0	7	0	0	0
Total	1	8	0	0	0

*Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere Não Responder
Liderança	0	2	0	0	0	0	0
Não Liderança	0	6	1	0	0	0	0
Total	0	8	1	0	0	0	0

*Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima dos 50 anos
Liderança	0	1	1
Não Liderança	0	6	1
Total	0	7	2

*Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	2	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos



Não Liderança	0	0	0	7	0	0
Total	0	0	0	9	0	0

*Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não Binário	Outros	Prefere Não Responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	1	8	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
Total	1	8	0	0	0

*Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere Não Responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	8	1	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	8	1	0	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

*Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima dos 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	6	3
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total	0	6	3

10.2 Alterações Relevantes



10.2 Alterações relevantes

Houve a substituição da equipe de segurança orgânica da Companhia, que representava a maior parte da equipe de funcionários, bem como o maior número de *turnover* existente.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados



10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Atualmente a política salarial adotada pela empresa, se baseia na média da remuneração aplicada no mercado e o reajuste se dá na data base do dissídio da categoria e/ou na data de vencimento do contrato de prestação de serviços, observada a variação positiva do IPCA-IBGE. Os reajustes salariais decorrentes de promoção, mérito ou equiparação, são feitos através de avaliações do desempenho do funcionário, e o índice de aumento definido é incorporado ao salário de modo escalonado.

b. política de benefícios

Os benefícios concedidos aos empregados são:

- Vale transporte;
- Vale refeição;
- Vale alimentação;
- Seguro de vida em grupo;
- Assistência médica.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

ii. condições para exercício

iii. preços de exercício

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração incluindo a diretoria e a mediana de todos os colaboradores: 7,79 vezes a mediana

Mediana das remunerações: R\$ 4.616,82

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
36.000,00	4.616,82	7,79 vezes
Esclarecimento		
Nenhum esclarecimento.		

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
36.000,00	4.500,00	8,00
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos



10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Não há.

10.5 Outras informações relevantes



10.5 Outras Informações Relevantes

Não existem informações relevantes que o emissor tenha a declarar.

11.1 Regras, políticas e práticas



11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com Partes Relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes e seguem os termos da Lei das Sociedades por Ações.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve transações com partes relacionadas nos últimos exercícios sociais, mas o procedimento de tomada de decisões para a realização dessas operações, seguirão os termos da Lei das Sociedades por Ações.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas**
- b. relação das partes com o emissor**
- c. data da transação**
- d. objeto do contrato**
- e. se o emissor é credor ou devedor**
- f. montante envolvido no negócio**
- g. saldo existente**
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir**
- i. garantias e seguros relacionados**
- j. duração**
- k. condições de rescisão ou extinção**
- l. natureza e razões para a operação**
- m. taxa de juros cobrada, se aplicável**
- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Não se aplica ao emissor.

11.3 Outras informações relevantes



11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes já foram apresentadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
26/04/1996		48.964.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
6.250	12.345	18.595

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras



12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. **direito a dividendos**
- b. **direito de voto**
- c. **convertibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:**
 - i. **condições**
 - ii. **efeitos sobre o capital social**
- d. **direitos no reembolso de capital**
- e. **direito a participação em oferta pública por alienação de controle**
- f. **restrições à circulação**
- g. **condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**
- h. **possibilidade de resgate de ações, indicando:**
 - i. **hipóteses de resgate**
 - ii. **fórmula de cálculo do valor de resgate**
 - i. **hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
 - j. **hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
 - k. **outras características relevantes**

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu nenhum outro tipo de valor mobiliário que não tenha sido ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia uma vez que não temos outros valores mobiliários que não sejam ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil



12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação junto a Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não negociou em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emite títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas



12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve destinação de recursos de oferta pública.

12.9 Outras informações relevantes



12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes já foram apresentadas.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
JOSELAINÉ CRISTINA BUENO	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
VALÉRIO DALLA VALLE	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Realizada em 14 de maio de 2024

- 1. Data, horário e local:** Aos 14 de maio de 2024, às 17h00min, na sede social da Companhia, com endereço na Rua Afonso Aliperti, nº 180, São Paulo, SP, CEP: 04156-090.
- 2. Composição da mesa: Presidente:** Sr. Célio de Melo Almada Neto; **Secretário:** André Aliperti.
- 3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação perante a presença integral dos Conselheiros, senhores: **(i)** Célio de Melo Almada Neto; **(ii)** André Aliperti; **(iii)** Guilherme Silvarolli Aliperti e; **(iv)** Ana Rafaella Aliperti de Moraes e, como convidados, os senhores: **(i)** Valério Dalla Valle; **(ii)** Maurício Marini e **(iii)** Joselaine Cristina Bueno.
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Pedido de renúncia do Diretor Administrativo, Sr. Maurício Marini; **(ii)** Reeleição do Diretor-Presidente Estatutário; **(iii)** Eleição do Diretor Financeiro; **(iv)** Eleição de Diretor Jurídico, Operacional e de Relação com Investidores, **(v)** Estabelecimento de competências da Diretoria Estatutária, em conformidade com os artigos 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia; **(vi)** Estabelecimento de alçada financeira da Diretoria Estatutária.
- 5. Deliberações:** Primeiramente, os Conselheiros da Companhia aprovaram a lavratura da presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos. Após examinada as matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue:

5.1. Renúncia ao cargo de Diretor Administrativo formulado pelo Sr. Maurício Marini.

Diante do pedido de renúncia realizado pelo Sr. Maurício Marini, em **13 de maio de 2024**, os Conselheiros decidem acatar tal decisão, passando a valer com data retroativa a **13 de maio de 2024**, conforme Termo de Renúncia devidamente arquivado na sede da Companhia.

13.1 Declaração do diretor presidente



Os Conselheiros aproveitaram a oportunidade para agradecer ao Sr. Maurício Marini por todos os serviços e contribuições realizados para a Companhia durante o exercício de seu mandato.

5.2. Reeleição de Diretor-Presidente

Os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a reeleição do Diretor-Presidente, Sr. **Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, que estando presente à reunião aceitou o cargo, com data de posse retroativa a **13/05/2024** e mandato até **13/05/2027**, conforme Termo de Posse que segue anexo à presente Ata.

5.3. Eleição de Diretor Financeiro

Os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a eleição do Diretor Financeiro, Sr. **Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, que estando presente à reunião aceitou o cargo, com data de posse retroativa a **13/05/2024** e mandato até 13/05/2027, conforme Termo de Posse que segue anexo à presente Ata.

5.4. Eleição de Diretora Jurídico, Operacional e de Relação com Investidores

Diante da renúncia do Sr. **Maurício Marini**, os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a eleição da Sra. **Joselaine Cristina Bueno**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32.250.685-2 SSP/SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 277.809.528-43, com endereço comercial na Rua Alexandre Aliperti, nº 340, Água Funda, São Paulo, SP, para o cargo de Diretora Jurídico, Operacional e de Relação com Investidores, que estando presente à reunião aceitou o cargo, com data de posse retroativa a **13/05/2024** e mandato até **13/05/2027**, conforme Termo de Posse que segue anexo à presente Ata.

E tendo em vista a deliberação acima, a Companhia consolida a composição de sua diretoria, conforme abaixo:

- **Diretor-Presidente e Diretor Financeiro: Sr. Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, com mandato válido de **13/05/2024 a 13/05/2027**.
- **Diretora Jurídica, Operacional e de Relação com Investidores: Sra. Joselaine Cristina Bueno**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32.250.685-2 SSP/SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 277.809.528-43, com endereço comercial na sede da Companhia, com mandato válido de **13/05/2024 a 13/05/2027**.

13.1 Declaração do diretor presidente



5.5. Estabelecimento de competências da Diretoria Estatutária, em conformidade com os artigos 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia

Os Conselheiros, em conformidade com os artigos 16 e 17 do Estatuto Social vigente da Companhia, estabelecem as competências da Diretoria Estatutária, conforme segue:

- **Diretor-Presidente:** É o principal executivo da Companhia, será responsável por:
 - (a) planejamento estratégico de negócios;
 - (b) visão da Companhia;
 - (c) todas as operações comerciais perante as partes interessadas e as políticas da Companhia;
 - (d) reporte direto ao Conselho de Administração;
 - (e) supervisão para a gestão de nível superior;
 - (f) responsabilidade pelo orçamento e saúde financeira e;
 - (g) gestão da organização.

- **Diretor Financeiro:** É responsável por:
 - (a) identificar e avaliar os riscos financeiros que a Companhia enfrenta;
 - (b) implementar medidas adequadas para mitigação ou extinção dos riscos financeiros;
 - (c) desenvolvimento de políticas e procedimentos de controle interno;
 - (d) implementação de sistemas de gerenciamento de risco eficazes;
 - (e) garantir a conformidade regulatória e o cumprimento das obrigações fiscais;
 - (f) atualização junto ao Conselho de Administração sobre as leis e regulamentos financeiros aplicáveis e garantir que a Companhia esteja em conformidade com eles;
 - (g) preparação e apresentação de relatórios financeiros precisos;
 - (h) fornecimento de informações financeiras aos órgãos reguladores e às partes interessadas externas;
 - (i) captação de recursos e gerenciamento de relacionamentos com investidores e instituições financeiras;
 - (j) coordenação e direcionamento da equipe de Tesouraria;
 - (k) supervisão da equipe contábil;
 - (l) análise de dados financeiros e;
 - (m) fornecimento de reportes estratégicos para o Conselho de Administração e Acionistas.

- **Diretor Jurídico:** É responsável por:
 - (a) gestão da equipe jurídica interna;
 - (b) gestão dos escritórios de advocacia terceirizados;
 - (c) estruturação de políticas e procedimentos internos e de governança corporativa;
 - (d) *compliance* e riscos institucionais;
 - (e) atendimento regulatório;
 - (f) direção, supervisão, coordenação e controle das atividades jurídicas internas;
 - (g) aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração e Acionistas;

- **Diretor Operacional:** É responsável por:
 - (a) dirigir as operações da Companhia;
 - (b) desenvolver o planejamento estratégico, orçamento econômico-financeiro (em conjunto com o Diretor Financeiro);
 - (c) desenvolver o plano de investimento empresarial (em conjunto com o Diretor Financeiro) e;

13.1 Declaração do diretor presidente



(d) implantação de projetos de negócios para alcançar os objetivos de rentabilidade, custos e crescimento.

▪ **Diretor de Relação com Investidores:** É responsável por:

- (a) realizar a comunicação financeira da Companhia, com a divulgação de relatórios financeiros precisos e pontuais;
- (b) relatórios trimestrais, relatórios anuais e outros documentos regulatórios exigidos pelas autoridades e órgãos fiscalizadores;
- (c) reuniões com investidores e acionistas, incluindo, sem limitação, eventos como conferências de resultados, apresentações em conferências de investidores e acionistas;
- (d) interação com analistas e mercado;
- (e) garantir que a Companhia cumpra as regulamentações de divulgação financeira e que todas as informações relevantes sejam comunicadas de forma justa e precisa ao público (em conjunto com o Diretor Financeiro e Diretor de Operações).

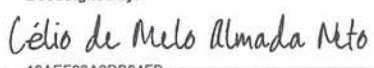
5.6. Estabelecimento de alçada financeira da Diretoria Estatutária

Os Conselheiros estabelecem os seguintes limites de alçada financeira para a Diretoria Estatutária, sem prejuízo da obrigação de autorização prévia do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a partir da qual, seus atos dependerão de deliberação anterior pelo Conselho de Administração:

- (a) celebração de contratos de aluguel e contratação de funcionários ou prestadores de serviço em qualquer valor;
- (b) assunção de outras obrigações iguais ou superiores a **R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**;
- (c) todas e quaisquer despesas extraordinárias, entendidas como aquelas que não estejam atreladas ao exercício, pela companhia, das atividades previstas em seu objeto social.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, após a finalização das deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata pelo Secretário, que a enviou para aprovação ao Presidente de mesa e demais Conselheiros, através de correio eletrônico e, estes tendo aprovado o inteiro teor, sem ressalvas ou objeções, procederam com a assinatura da mesma em formato eletrônico, com assinatura digital devidamente reconhecida, para que produza todos os efeitos ao quais se destina.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

 16AEF93A2DBB4FB...
 Célio de Melo Almada Neto
 Presidente

DocuSigned by:

 7875D00614D14C1...
 André Aliperti
 Secretário



Rua Af

04156-090

13.1 Declaração do diretor presidente



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo I

Assinaturas dos Conselheiros:

DocuSigned by:
André Aliperti
7875D90614D14C1
André Aliperti

DocuSigned by:
Ana Rafaella Aliperti de Moraes
E0EDE5085DCD4C4
Ana Rafaella Aliperti de Moraes

DocuSigned by:
Célio de Melo Almada Neto
16AEF93A2DBB4FB...
Célio de Melo Almada Neto

DocuSigned by:
Guilherme Silvarolli Aliperti
FF2AB4GG929641A...
Guilherme Silvarolli Aliperti

13.1 Declaração do diretor presidente



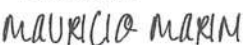
SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo II

TERMO DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, o Sr. **Maurício Marini**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG nº 28.305.440-2 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 295.433.798-23, com endereço comercial na Avenida Dr. Rudge Ramos, nº 1201/1221, São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09639-000, membro da Diretoria da **SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Afonso Aliperti, nº 180, 1º andar, Água Rasa, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.931/0001-78 ("**Companhia**"), renuncia expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu cargo como Diretor Administrativo na Diretoria da Companhia, outorgando para a Companhia e desta recebendo, a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar e/ou pretender haver, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, com relação a todo o período em que o ora signatário ocupou cargo na Diretoria da Companhia.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

F9DF6E323DB5439...
Maurício Marini

13.1 Declaração do diretor presidente



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo III

TERMO DE POSSE DE DIRETOR

Em 14 de maio de 2024 os acionistas da **SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Afonso Aliperti, nº 180, 1º andar, Água Rasa, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.931/0001-78 ("Companhia") e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.034.309 ("Companhia") elegeram O **Sr. Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, para função de **Diretor-Presidente e Diretor Financeiro** a contar de **13 de maio de 2024 a 13 de maio de 2027**, permitida reeleição, ficando dispensada qualquer caução ou garantia mediante assinatura deste termo de posse o Diretor ora eleito declara sob as penas da lei na forma Artigo 147 da Lei Federal nº 6.404/76 que: **(i)** possui reputação ilibada; **(ii)** possui qualificação experiência e capacidade técnica para execução de suas responsabilidades como Diretor; **(iii)** não está impedido de exercer administração da Companhia por lei, bem como não ter sido condenado por crime de lavagem de dinheiro ou de ocultação de bens direitos valores contra ordem econômica as relações de consumo sistema financeiro nacional ou mercado de capitais por decisão transitada em julgado ressalvada hipótese de reabilitação; **(iv)** não foi condenado por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra economia popular fé pública ou propriedade ou pena criminal que vede ainda que temporariamente acesso cargos públicos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

Valério Dalla Valle

E0FC821DEB00484...

Valério Dalla Valle
Diretor-Presidente e Diretor Financeiro

13.1 Declaração do diretor presidente



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo IV

TERMO DE POSSE DE DIRETOR

Em 14 de maio de 2024 os acionistas da **SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Afonso Aliperti, nº 180, 1º andar, Água Rasa, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.931/0001-78 ("Companhia") e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.034.309 ("Companhia") elegeram a **Sra. JOSELAINE CRISTINA BUENO**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade **RG nº 32.250.685-2** e devidamente inscrita no **CPF/MF sob o nº 277.809.528-43**, com endereço comercial na sede da Companhia, para função de **Diretora Jurídica, Diretora Operacional e Diretora de Relações com Investidores** a contar de **13 de maio de 2024 a 13 de maio de 2027**, permitida reeleição, ficando dispensada qualquer caução ou garantia mediante assinatura deste termo de posse a Diretora ora eleita declara sob as penas da lei na forma Artigo 147 da Lei Federal nº 6.404/76 que: **(i)** possui reputação ilibada; **(ii)** possui qualificação experiência e capacidade técnica para execução de suas responsabilidades como Diretora; **(iii)** não está impedida de exercer administração da Companhia por lei, bem como não ter sido condenada por crime de lavagem de dinheiro ou de ocultação de bens direitos valores contra ordem econômica as relações de consumo sistema financeiro nacional ou mercado de capitais por decisão transitada em julgado ressalvada hipótese de reabilitação; **(iv)** não foi condenada por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra economia popular fé pública ou propriedade ou pena criminal que vede ainda que temporariamente acesso cargos públicos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

Joseleine Cristina Bueno

C1502A7A11014FB...

Joseleine Cristina Bueno

Diretora Jurídica, Diretora Operacional e Diretora de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 06D37E790DED4D3EBD3B54128BBACB10
 Assunto: Complete with DocuSign: ARCA_240515.doc
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 8
 Assinar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Joselaine Bueno
 josi.bueno@agroeldorado.com.br
 Endereço IP: 177.144.132.52

Rastreamento de registros

Status: Original
 17/05/2024 08:33:07

Portador: Joselaine Bueno
 josi.bueno@agroeldorado.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Ana Rafaella Aliperti de Moraes
 rafaellaalipertimoraes@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 EDEDE5065DCD4C1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.37.0.9

Registro de hora e data

Enviado: 17/05/2024 08:43:39
 Visualizado: 17/05/2024 09:37:33
 Assinado: 17/05/2024 09:45:46

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 09:37:33
 ID: 6f38706f-dd2f-4a7c-a85d-d53b3f4c2ad4

André Aliperti
 andrealiperti@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 7B75D90614D14C1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.115.55.239

Enviado: 17/05/2024 08:43:38
 Reenviado: 17/05/2024 10:08:10
 Visualizado: 17/05/2024 10:34:10
 Assinado: 17/05/2024 10:35:46

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 08:49:25
 ID: 691b0236-b01c-4c58-8703-10a4e4a1336d

Célio de Melo Almada Neto
 cman@meloalmada.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 1BAEF93A2D884FB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.69.21.153

Enviado: 17/05/2024 08:43:38
 Visualizado: 17/05/2024 08:45:01
 Assinado: 17/05/2024 08:45:24

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 08:45:01
 ID: 0a417c9c-9e17-417b-8509-2787a5812b48

Guilherme Silvarolli Aliperti
 guilherme.aliperti@outlook.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 FF2AB4CC929841A...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 191.19.94.162
 Assinado com o uso do celular

Enviado: 17/05/2024 08:43:38
 Reenviado: 17/05/2024 08:46:25
 Visualizado: 17/05/2024 10:03:09
 Assinado: 17/05/2024 10:04:45


Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 10:03:09
 ID: 1e571b8f-eaf3-488e-9669-9010a3ae4ce8

13.1 Declaração do diretor presidente

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Joselaine Cristina Bueno josi.bueno@agroeldorado.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.144.132.52</p>	Enviado: 17/05/2024 08:43:40 Visualizado: 17/05/2024 08:45:07 Assinado: 17/05/2024 08:45:41

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

MAURICIO MARINI mauricio.marini@boxextra.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.57.228.38</p>	Enviado: 17/05/2024 08:43:39 Visualizado: 17/05/2024 09:18:56 Assinado: 17/05/2024 09:23:54
---	---	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 17/05/2024 09:18:56
ID: 69695070-9fd0-407b-8523-f97a343d9e68

Valério Dalla Valle valerio@agroeldorado.com.br Diretor Presidente Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.144.132.52</p>	Enviado: 17/05/2024 08:43:39 Reenviado: 17/05/2024 10:08:11 Visualizado: 17/05/2024 10:08:54 Assinado: 17/05/2024 10:09:40
---	--	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 17/05/2024 10:08:54
ID: 79e60764-409a-4fe9-87fe-f6974ee77bfc

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	17/05/2024 08:43:40
Envelope atualizado	Segurança verificada	17/05/2024 08:46:24
Entrega certificada	Segurança verificada	17/05/2024 10:08:54
Assinatura concluída	Segurança verificada	17/05/2024 10:09:40
Concluído	Segurança verificada	17/05/2024 10:35:46

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

13.1 Declaração do diretor presidente

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 17/05/2024 08:44:54

Partes concordam em: Ana Rafaella Aliperti de Moraes, André Aliperti, Célio de Melo Almada Neto, Guilherme Silvarolli Aliperti, MAURICIO MARINI, Valério Dalla Val

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Joselaine Bueno (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor presidente

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Joselaine Bueno:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: josi.bueno@agroeldorado.com.br

To advise Joselaine Bueno of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Joselaine Bueno

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Joselaine Bueno

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

13.1 Declaração do diretor presidente

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Joselaine Bueno as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Joselaine Bueno during the course of your relationship with Joselaine Bueno.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Realizada em 14 de maio de 2024

- 1. Data, horário e local:** Aos 14 de maio de 2024, às 17h00min, na sede social da Companhia, com endereço na Rua Afonso Aliperti, nº 180, São Paulo, SP, CEP: 04156-090.
- 2. Composição da mesa: Presidente:** Sr. Célio de Melo Almada Neto; **Secretário:** André Aliperti.
- 3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação perante a presença integral dos Conselheiros, senhores: **(i)** Célio de Melo Almada Neto; **(ii)** André Aliperti; **(iii)** Guilherme Silvarolli Aliperti e; **(iv)** Ana Rafaella Aliperti de Moraes e, como convidados, os senhores: **(i)** Valério Dalla Valle; **(ii)** Maurício Marini e **(iii)** Joselaine Cristina Bueno.
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Pedido de renúncia do Diretor Administrativo, Sr. Maurício Marini; **(ii)** Reeleição do Diretor-Presidente Estatutário; **(iii)** Eleição do Diretor Financeiro; **(iv)** Eleição de Diretor Jurídico, Operacional e de Relação com Investidores, **(v)** Estabelecimento de competências da Diretoria Estatutária, em conformidade com os artigos 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia; **(vi)** Estabelecimento de alçada financeira da Diretoria Estatutária.
- 5. Deliberações:** Primeiramente, os Conselheiros da Companhia aprovaram a lavratura da presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos. Após examinada as matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue:

5.1. Renúncia ao cargo de Diretor Administrativo formulado pelo Sr. Maurício Marini.

Diante do pedido de renúncia realizado pelo Sr. Maurício Marini, em **13 de maio de 2024**, os Conselheiros decidem acatar tal decisão, passando a valer com data retroativa a **13 de maio de 2024**, conforme Termo de Renúncia devidamente arquivado na sede da Companhia.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



Os Conselheiros aproveitaram a oportunidade para agradecer ao Sr. Maurício Marini por todos os serviços e contribuições realizados para a Companhia durante o exercício de seu mandato.

5.2. Reeleição de Diretor-Presidente

Os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a reeleição do Diretor-Presidente, Sr. **Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, que estando presente à reunião aceitou o cargo, com data de posse retroativa a **13/05/2024** e mandato até **13/05/2027**, conforme Termo de Posse que segue anexo à presente Ata.

5.3. Eleição de Diretor Financeiro

Os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a eleição do Diretor Financeiro, Sr. **Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, que estando presente à reunião aceitou o cargo, com data de posse retroativa a **13/05/2024** e mandato até 13/05/2027, conforme Termo de Posse que segue anexo à presente Ata.

5.4. Eleição de Diretora Jurídico, Operacional e de Relação com Investidores

Diante da renúncia do Sr. **Maurício Marini**, os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a eleição da Sra. **Joselaine Cristina Bueno**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32.250.685-2 SSP/SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 277.809.528-43, com endereço comercial na Rua Alexandre Aliperti, nº 340, Água Funda, São Paulo, SP, para o cargo de Diretora Jurídico, Operacional e de Relação com Investidores, que estando presente à reunião aceitou o cargo, com data de posse retroativa a **13/05/2024** e mandato até **13/05/2027**, conforme Termo de Posse que segue anexo à presente Ata.

E tendo em vista a deliberação acima, a Companhia consolida a composição de sua diretoria, conforme abaixo:

- **Diretor-Presidente e Diretor Financeiro: Sr. Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, com mandato válido de **13/05/2024 a 13/05/2027**.
- **Diretora Jurídica, Operacional e de Relação com Investidores: Sra. Joselaine Cristina Bueno**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32.250.685-2 SSP/SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 277.809.528-43, com endereço comercial na sede da Companhia, com mandato válido de **13/05/2024 a 13/05/2027**.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



5.5. Estabelecimento de competências da Diretoria Estatutária, em conformidade com os artigos 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia

Os Conselheiros, em conformidade com os artigos 16 e 17 do Estatuto Social vigente da Companhia, estabelecem as competências da Diretoria Estatutária, conforme segue:

- **Diretor-Presidente:** É o principal executivo da Companhia, será responsável por:
 - (a) planejamento estratégico de negócios;
 - (b) visão da Companhia;
 - (c) todas as operações comerciais perante as partes interessadas e as políticas da Companhia;
 - (d) reporte direto ao Conselho de Administração;
 - (e) supervisão para a gestão de nível superior;
 - (f) responsabilidade pelo orçamento e saúde financeira e;
 - (g) gestão da organização.

- **Diretor Financeiro:** É responsável por:
 - (a) identificar e avaliar os riscos financeiros que a Companhia enfrenta;
 - (b) implementar medidas adequadas para mitigação ou extinção dos riscos financeiros;
 - (c) desenvolvimento de políticas e procedimentos de controle interno;
 - (d) implementação de sistemas de gerenciamento de risco eficazes;
 - (e) garantir a conformidade regulatória e o cumprimento das obrigações fiscais;
 - (f) atualização junto ao Conselho de Administração sobre as leis e regulamentos financeiros aplicáveis e garantir que a Companhia esteja em conformidade com eles;
 - (g) preparação e apresentação de relatórios financeiros precisos;
 - (h) fornecimento de informações financeiras aos órgãos reguladores e às partes interessadas externas;
 - (i) captação de recursos e gerenciamento de relacionamentos com investidores e instituições financeiras;
 - (j) coordenação e direcionamento da equipe de Tesouraria;
 - (k) supervisão da equipe contábil;
 - (l) análise de dados financeiros e;
 - (m) fornecimento de reportes estratégicos para o Conselho de Administração e Acionistas.

- **Diretor Jurídico:** É responsável por:
 - (a) gestão da equipe jurídica interna;
 - (b) gestão dos escritórios de advocacia terceirizados;
 - (c) estruturação de políticas e procedimentos internos e de governança corporativa;
 - (d) *compliance* e riscos institucionais;
 - (e) atendimento regulatório;
 - (f) direção, supervisão, coordenação e controle das atividades jurídicas internas;
 - (g) aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração e Acionistas;

- **Diretor Operacional:** É responsável por:
 - (a) dirigir as operações da Companhia;
 - (b) desenvolver o planejamento estratégico, orçamento econômico-financeiro (em conjunto com o Diretor Financeiro);
 - (c) desenvolver o plano de investimento empresarial (em conjunto com o Diretor Financeiro) e;

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



(d) implantação de projetos de negócios para alcançar os objetivos de rentabilidade, custos e crescimento.

▪ **Diretor de Relação com Investidores:** É responsável por:

- (a) realizar a comunicação financeira da Companhia, com a divulgação de relatórios financeiros precisos e pontuais;
- (b) relatórios trimestrais, relatórios anuais e outros documentos regulatórios exigidos pelas autoridades e órgãos fiscalizadores;
- (c) reuniões com investidores e acionistas, incluindo, sem limitação, eventos como conferências de resultados, apresentações em conferências de investidores e acionistas;
- (d) interação com analistas e mercado;
- (e) garantir que a Companhia cumpra as regulamentações de divulgação financeira e que todas as informações relevantes sejam comunicadas de forma justa e precisa ao público (em conjunto com o Diretor Financeiro e Diretor de Operações).

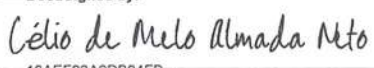
5.6. Estabelecimento de alçada financeira da Diretoria Estatutária

Os Conselheiros estabelecem os seguintes limites de alçada financeira para a Diretoria Estatutária, sem prejuízo da obrigação de autorização prévia do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a partir da qual, seus atos dependerão de deliberação anterior pelo Conselho de Administração:

- (a) celebração de contratos de aluguel e contratação de funcionários ou prestadores de serviço em qualquer valor;
- (b) assunção de outras obrigações iguais ou superiores a **R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**;
- (c) todas e quaisquer despesas extraordinárias, entendidas como aquelas que não estejam atreladas ao exercício, pela companhia, das atividades previstas em seu objeto social.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, após a finalização das deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata pelo Secretário, que a enviou para aprovação ao Presidente de mesa e demais Conselheiros, através de correio eletrônico e, estes tendo aprovado o inteiro teor, sem ressalvas ou objeções, procederam com a assinatura da mesma em formato eletrônico, com assinatura digital devidamente reconhecida, para que produza todos os efeitos ao quais se destina.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

 16AEF93A2DBB4FB...
 Célio de Melo Almada Neto
 Presidente

DocuSigned by:

 7875D00614D14C1...
 André Aliperti
 Secretário



Rua Afí

04156-090

JUCESP

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo I

Assinaturas dos Conselheiros:

DocuSigned by:
André Aliperti
7875D90614D14C1
André Aliperti

DocuSigned by:
Ana Rafaella Aliperti de Moraes
E0E0E5085DCC4C4
Ana Rafaella Aliperti de Moraes

DocuSigned by:
Célio de Melo Almada Neto
16AEF93A2DBB4FB...
Célio de Melo Almada Neto

DocuSigned by:
Guilherme Silvarolli Aliperti
FF2AB4GG929641A...
Guilherme Silvarolli Aliperti

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



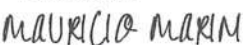
SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo II

TERMO DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, o Sr. **Maurício Marini**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG nº 28.305.440-2 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 295.433.798-23, com endereço comercial na Avenida Dr. Rudge Ramos, nº 1201/1221, São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09639-000, membro da Diretoria da **SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Afonso Aliperti, nº 180, 1º andar, Água Rasa, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.931/0001-78 ("**Companhia**"), renuncia expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu cargo como Diretor Administrativo na Diretoria da Companhia, outorgando para a Companhia e desta recebendo, a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar e/ou pretender haver, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, com relação a todo o período em que o ora signatário ocupou cargo na Diretoria da Companhia.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

F9DF6E323DB5439...
Maurício Marini

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo III

TERMO DE POSSE DE DIRETOR

Em 14 de maio de 2024 os acionistas da **SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Afonso Aliperti, nº 180, 1º andar, Água Rasa, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.931/0001-78 ("**Companhia**") e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.034.309 ("**Companhia**") elegeram O **Sr. Valério Dalla Valle**, italiano, viúvo, empresário, portador do RNE nº 484945-Y e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-76, endereço comercial na sede da Companhia, para função de **Diretor-Presidente e Diretor Financeiro** a contar de **13 de maio de 2024 a 13 de maio de 2027**, permitida reeleição, ficando dispensada qualquer caução ou garantia mediante assinatura deste termo de posse o Diretor ora eleito declara sob as penas da lei na forma Artigo 147 da Lei Federal nº 6.404/76 que: **(i)** possui reputação ilibada; **(ii)** possui qualificação experiência e capacidade técnica para execução de suas responsabilidades como Diretor; **(iii)** não está impedido de exercer administração da Companhia por lei, bem como não ter sido condenado por crime de lavagem de dinheiro ou de ocultação de bens direitos valores contra ordem econômica as relações de consumo sistema financeiro nacional ou mercado de capitais por decisão transitada em julgado ressalvada hipótese de reabilitação; **(iv)** não foi condenado por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra economia popular fé pública ou propriedade ou pena criminal que vede ainda que temporariamente acesso cargos públicos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

Valério Dalla Valle

E0FC821DEB00484...

Valério Dalla Valle
Diretor-Presidente e Diretor Financeiro

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 61.156.931/0001-78
NIRE nº 35.300.034.309

Anexo IV

TERMO DE POSSE DE DIRETOR

Em 14 de maio de 2024 os acionistas da **SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Afonso Aliperti, nº 180, 1º andar, Água Rasa, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.931/0001-78 ("Companhia") e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.034.309 ("Companhia") elegeram a **Sra. JOSELAINE CRISTINA BUENO**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade **RG nº 32.250.685-2** e devidamente inscrita no **CPF/MF sob o nº 277.809.528-43**, com endereço comercial na sede da Companhia, para função de **Diretora Jurídica, Diretora Operacional e Diretora de Relações com Investidores** a contar de **13 de maio de 2024 a 13 de maio de 2027**, permitida reeleição, ficando dispensada qualquer caução ou garantia mediante assinatura deste termo de posse a Diretora ora eleita declara sob as penas da lei na forma Artigo 147 da Lei Federal nº 6.404/76 que: **(i)** possui reputação ilibada; **(ii)** possui qualificação experiência e capacidade técnica para execução de suas responsabilidades como Diretora; **(iii)** não está impedida de exercer administração da Companhia por lei, bem como não ter sido condenada por crime de lavagem de dinheiro ou de ocultação de bens direitos valores contra ordem econômica as relações de consumo sistema financeiro nacional ou mercado de capitais por decisão transitada em julgado ressalvada hipótese de reabilitação; **(iv)** não foi condenada por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra economia popular fé pública ou propriedade ou pena criminal que vede ainda que temporariamente acesso cargos públicos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

DocuSigned by:

Joseleine Cristina Bueno

C1502A7A11014FB...

Joseleine Cristina Bueno

Diretora Jurídica, Diretora Operacional e Diretora de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 06D37E790DED4D3EBD3B54128BBACB10
 Assunto: Complete with DocuSign: ARCA_240515.doc
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 8 Assinaturas: 9
 Certificar páginas: 5 Rubrica: 6
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Joselaine Bueno
 josi.bueno@agroeldorado.com.br
 Endereço IP: 177.144.132.52

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Joselaine Bueno Local: DocuSign
 17/05/2024 08:33:07 josi.bueno@agroeldorado.com.br

Eventos do signatário

Ana Rafaella Aliperti de Moraes
 rafaellaalipertimoraes@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:
 Ana Rafaella Aliperti de Moraes
 EDEDE5065DCD4C1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.37.0.9

Registro de hora e data

Enviado: 17/05/2024 08:43:39
 Visualizado: 17/05/2024 09:37:33
 Assinado: 17/05/2024 09:45:46

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 09:37:33
 ID: 6f38706f-dd2f-4a7c-a85d-d53b3f4c2ad4

André Aliperti
 andrealiperti@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:
 André Aliperti
 7B75D90614D14C1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.115.55.239

Enviado: 17/05/2024 08:43:38
 Reenviado: 17/05/2024 10:08:10
 Visualizado: 17/05/2024 10:34:10
 Assinado: 17/05/2024 10:35:46

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 08:49:25
 ID: 691b0236-b01c-4c58-8703-10a4e4a1336d

Célio de Melo Almada Neto
 cman@meloalmada.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:
 Célio de Melo Almada Neto
 1BAEF93A2D884FB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.69.21.153

Enviado: 17/05/2024 08:43:38
 Visualizado: 17/05/2024 08:45:01
 Assinado: 17/05/2024 08:45:24

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 08:45:01
 ID: 0a417c9c-9e17-417b-8509-2787a5812b48

Guilherme Silvarolli Aliperti
 guilherme.aliperti@outlook.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:
 Guilherme Silvarolli Aliperti
 FF2AB4CC929841A...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 191.19.94.162
 Assinado com o uso do celular

Enviado: 17/05/2024 08:43:38
 Reenviado: 17/05/2024 08:46:25
 Visualizado: 17/05/2024 10:03:09
 Assinado: 17/05/2024 10:04:45

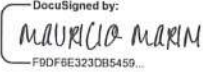
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/05/2024 10:03:09
 ID: 1e571b8f-eaf3-488e-9669-9010a3ae4ce8

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Joselaine Cristina Bueno josi.bueno@agroeldorado.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.144.132.52</p>	Enviado: 17/05/2024 08:43:40 Visualizado: 17/05/2024 08:45:07 Assinado: 17/05/2024 08:45:41

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

MAURICIO MARINI mauricio.marini@boxextra.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.57.228.38</p>	Enviado: 17/05/2024 08:43:39 Visualizado: 17/05/2024 09:18:56 Assinado: 17/05/2024 09:23:54
---	---	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 17/05/2024 09:18:56
ID: 69695070-9fd0-407b-8523-f97a343d9e68

Valério Dalla Valle valerio@agroeldorado.com.br Diretor Presidente Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.144.132.52</p>	Enviado: 17/05/2024 08:43:39 Reenviado: 17/05/2024 10:08:11 Visualizado: 17/05/2024 10:08:54 Assinado: 17/05/2024 10:09:40
---	--	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 17/05/2024 10:08:54
ID: 79e60764-409a-4fe9-87fe-f6974ee77bfc

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	17/05/2024 08:43:40
Envelope atualizado	Segurança verificada	17/05/2024 08:46:24
Entrega certificada	Segurança verificada	17/05/2024 10:08:54
Assinatura concluída	Segurança verificada	17/05/2024 10:09:40
Concluído	Segurança verificada	17/05/2024 10:35:46
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 17/05/2024 08:44:54

Partes concordam em: Ana Rafaella Aliperti de Moraes, André Aliperti, Célio de Melo Almada Neto, Guilherme Silvarolli Aliperti, MAURICIO MARINI, Valério Dalla Val

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Joselaine Bueno (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Joselaine Bueno:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: josi.bueno@agroeldorado.com.br

To advise Joselaine Bueno of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Joselaine Bueno

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Joselaine Bueno

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Joselaine Bueno as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Joselaine Bueno during the course of your relationship with Joselaine Bueno.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.